



**Deyvisson Fernandes Barbosa**

**Sobre o erro na percepção: em defesa de uma  
abordagem não-representacionista enativista radical**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia do departamento de Filosofia da PUC-Rio.

Orientador: Professor Ludovic Soutif

Rio de Janeiro

Abril de 2020



**Deyvisson Fernandes Barbosa**

**Sobre o erro na percepção: em defesa de uma  
abordagem não-representacionalista enativista radical**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de  
Pós-Graduação em Filosofia do departamento de Filosofia  
da PUC-Rio. Aprovada pela comissão examinadora abaixo

**Prof. Ludovic Soutif**

Orientador

Departamento de Filosofia - PUC-Rio

**Prof. Ralph Ings Bannell**

Departamento de Filosofia - PUC-Rio

**Carlos Márquez Sosa**

USP

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Deyvisson Fernandes Barbosa**

Graduou-se em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 2018. Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, em 2020. Co-fundador do Grupo de Estudos em Epistemologia Contemporânea, GEEC, sediado na PUC-Rio e sob a supervisão do Professor Drº Ludovic Soutif (PUC-Rio). Participou de dezenas de congressos especializados em Filosofia. Publicou textos em redes acadêmicas. Organizou três grandes eventos que ajudaram a sedimentar ainda mais a cultura enativista no Brasil.

#### Ficha Catalográfica

Barbosa, Deyvisson Fernandes

Sobre o erro na percepção : em defesa de uma abordagem não-representacionalista enativista radical / Deyvisson Fernandes Barbosa ; orientador: Ludovic Soutif. – 2020.

80 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 2020.

Inclui bibliografia

1. Filosofia – Teses. 2. Percepção. 3. Representacionalismo. 4. Não-representacionalismo. 5. Enativismo. 6. Erro. I. Soutif, Ludovic. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Filosofia. III. Título.

CDD: 100

À minha mãe (*In memoriam*) com respeito e  
amor. Muito obrigado por tudo!

## Agradecimentos

Sou muito grato ao professor Ludovic Soutif pelo profissionalismo, competência, cordialidade e, sobretudo, pela dedicação ao desenvolvimento dos seus orientandos. Espero retribuir tudo isso aos meus futuros orientandos!

Sou muito grato à PUC-Rio e ao CNPq pelos auxílios concedidos e pela estrutura surpreendente de ensino. Sem dúvidas, minha pesquisa foi muito enriquecida!

Agradeço também à FAPERJ pelos auxílios concedidos à minha pesquisa! Meu muito obrigado.

Agradeço aos membros da banca por ter aceite o convite e por sempre estarem disponíveis em momentos da minha pesquisa! Muito obrigado!

Agradeço, de modo especial, à Géssica que sempre esteve comigo durante boa parte da minha vida e que me ajudou bastante a chegar nessa etapa acadêmica. Palavras não conseguem transmitir a minha gratidão.

Agradeço profundamente ao Luiz por ser um grande amigo e por sempre ser muito solícito. Luiz é uma inspiração para mim. Exemplo de pessoa e de amigo! Agradeço também ao Marco e o Jhonael por sempre serem próximos e pela amizade!

Agradeço à minha família, em especial a minha mãe (*in memorian*) que, mesmo sendo analfabeta, sempre se empenhou em dar uma boa educação aos seus filhos. Hoje ela estaria orgulhosa!!

Agradeço aos colegas da PUC pelas palavras e pelo estímulo!

Sou muito grato a todos os amigos que fiz ao longo dos inúmeros congressos que apresentei!

## Resumo

Barbosa, Deyvisson Fernandes; Soutif, Ludovic. **Sobre o erro na percepção : em defesa de uma abordagem não-representacionista enativista radical**. Rio de Janeiro, 2020. 80 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A percepção é inerentemente representacional? Esta é, como eu a penso, a questão mais fascinante na filosofia da percepção. Para responder a essa pergunta, eu analiso duas formas rivais de pensar a percepção, a saber: representacionista e anti-representacionista ou, como prefiro, não-representacionista. Assim, eu discuto se a percepção é melhor compreendida em termos representacionais ou em termos não-representacionais. Ao fazer isso, busco desenvolver uma variedade radical de enativismo segundo a qual a percepção nem sempre envolve a posse pelo próprio estado mental de conteúdo semântico representacional. Ao rejeitar a visão de que a percepção sempre tem conteúdo representacional, sustento que a percepção deve ser vista em termos de funcionalidade biológica. Ao fazer isso, distingo dois tipos diferentes de normatividade. O primeiro é o que muitos filósofos chamam de normatividade biológica. A segunda, a chamada normatividade semântica, é aquela exibida por nossas habilidades linguísticas, tais como julgamentos, crenças e inferências com conteúdo. Com essa distinção em mente, clarifico em que sentido existem erros perceptuais. Como resultado, defendo que existem erros perceptuais, embora de tipos diferentes. Finalmente, tento explicar as ilusões ópticas, dado por excelência a ser explicado por qualquer teoria da percepção.

## Palavras-chave

percepção; representacionismo; não-representacionismo, enativismo, erro.

## Abstract

Barbosa, Deyvisson Fernandes; Soutif, Ludovic (Advisor). **On error in perception: in defence of a radical enactivist non-representationalist approach.** Rio de Janeiro, 2020. 80 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Is perception inherently representational? This is, I take it, the most fascinating question in philosophy of perception. To answer it, I analyze two rival ways of thinking about perception, namely: representationalism and anti-representationalism or, as I would rather call it, non-representationalism. Thus, I discuss whether perception is best understood in representational or in non-representational terms. In doing so, I seek to develop a radical variety of enactivism according to which perception has nothing to do with content, representation, or semantic norms. In rejecting the view that perception always has representational content, I hold that perception must be seen in terms of biological functionality. In doing so, I distinguish two different types of normativity. The first is what many philosophers call biological normativity. The second, called semantic normativity, is the kind of normativity exhibited by our linguistic abilities, such as judgments, beliefs, and content-involving inferences. With this distinction in mind, I clarify the sense in which there are perceptual errors. As a result, I argue that there are perceptual errors, albeit of different kinds. Finally, I try to explain optical illusions, datum *par excellence* to be accounted for by any theory of perception.

## Keywords

perception; representationalism; non-representationalism, enactivism, error.

## Sumário

1.Introdução	11
2 Representacionalismo: conceitos-chave, problemas e perspectivas	16
2.1.1 Conceitos-chave	17
2.2 Justificando o representacionalismo com as ilusões ópticas	22
2.3 Percepções multimodais: evidências empíricas para o não-representacionalismo?	29
2.4 Perspectivas e problemas	30
3. Não-representacionalismo: sobre o dado a ser explicado	33
3.1 O não-representacionalismo radical de Hutto & Myin	33
3.2 O problema duro do conteúdo	36
3.3 Percepção enquanto função biológica	38
3.4 Explicando as ilusões ópticas sob uma perspectiva diferente	43
3.5 Acomodando casos de percepção multimodal	48
3.6 Problemas e perspectivas	51
4. Não-representacionalismo radical: sobre como devemos relatar a percepção	54
4.1 Sobre o não-representacionalismo radical de Van Den Henrik	54
4.2 A principal função da linguagem	56
4.3 Linguagem e o modo de ser-no-mundo	59
4.4 Erro biológico e linguagem-como-ferramenta: dois ingredientes fundamentais	60
4.5 Não-representacionalismo radical e problemas tradicionais	64
4.6 Problemas e perspectivas	66
5. Conclusão	71
6. Bibliografia	73
6.1 Bibliografia primária	73
6.2 Bibliografia secundária	78



## Lista de figuras

Figura 1- ilustração da ilusão óptica Müller-Lyer.	26
Figura 2 - a identidade das retas da ilusão de Müller-Lyer.	27
Figura 3 - imagem representando o triângulo de Kanizsa.	16
Figura 4 - imagem representando a ilusão Pac Man proposta Jeremy Hinton	17
Figura 5 - demonstração do experimento de Chabris & Simons (2001).	30
Figura 6 - momento em que aparece o “gorila” entre os jogadores.	30
Figura 7 - dálmata escondido sob a forma de pontos pretos.	31
Figura 8 - naturalismo tradicional versus naturalismo brando.	54

*Como filósofos, nós estamos no ofício de promover possibilidades.*<sup>1</sup> Hutto & Myin (2013, x–xi)

---

<sup>1</sup> “As philosophers, we are in the business of promoting possibilities.” (Hutto & Myin, 2013, x–xi)

# 1

## Introdução<sup>2</sup>

Canudos intactos que se tornam “quebrados” quando imersos num copo d’água, miragens vistas no deserto que desaparecem na medida que nos aproximamos dela e os mais variados casos de ilusões ópticas são alguns dos exemplos que apontam que nós, enquanto sujeitos, podemos errar durante a percepção<sup>3</sup>.

Levando em conta essa gama de casos em que nós podemos *falhar* em ver de modo adequado, a pergunta que se faz pertinente neste trabalho é: como as duas grandes teorias da percepção (representacionalismo e anti-representacionalismo) afetam a nossa compreensão sobre tais casos?

A fim de responder essa pergunta, precisamos, em primeiro lugar, analisar se a percepção possui, ou não, conteúdo, aqui entendido como conteúdo representacional, (para uma introdução recente sobre esta discussão, cf. Brogaard 2014). É precisamente essa questão que eu tento investigar na presente dissertação.

Cabe ressaltar que, pela minha análise, ambos representacionalismo e não-representacionalismo se comprometem com a ideia basilar de que o sentido forte, e o mais importante, de conteúdo, no que diz respeito à percepção, é o de conteúdo representacional. Analisando a maneira como o debate está sedimentado, eu acredito que ambas correntes de pensamento defendem que o conteúdo representação envolve condições de verdade, condições de acurácia e condições de satisfação.

A percepção é por natureza representacional? Eu respondo de maneira negativa à essa pergunta. Inspirado pelo crescimento notável de algumas abordagens enativistas para a cognição, embora ainda marginais na filosofia analítica da mente, eu defendo que a percepção é uma atividade cognitiva por

---

<sup>2</sup> Por questões estilísticas, todas as citações em idiomas estrangeiros serão traduzidas para o português seguidas da versão original em uma nota de rodapé. Assim, acredito que a leitura será facilitada para o leitor na medida que o corpo de texto estará escrito em português.

<sup>3</sup> Eu reconheço que existem erros perceptivos, porém, não assumo que isso nos leva necessariamente a assumir uma perspectiva representacional sobre a percepção. Ademais, eu reconheço que existem erros perceptivos ocasionados através da comunicação entre as modalidades sensoriais. Porém, para o objetivo desta dissertação, eu apenas investigarei apenas a modalidade visual.

excelência que nos ajuda a vislumbrar a possibilidade de levarmos à sério uma abordagem não-representacional de cunho enativa para teorizar a cognição – tanto humana quanto não-humana<sup>4</sup>.

A tentativa de articular uma visão não-representacionista *à la* enativismo<sup>5</sup> – teoria segundo a qual a cognição surge, e se desenvolve, graças ao acoplamento circular-dinâmico-estrutural do organismo com seu ambiente – é justificada na medida que o enativismo se impõe como uma corrente de pensamento que congrega elementos indispensáveis para a cognição.

Desta forma, o não-representacionismo endossado pelo enativismo – estritamente aquele proposto por Hutto & Myin (2013) e Van Den Henrik (2014) e, posteriormente, por Hutto & Myin (2017; 2018) –, quando comparado ao representacionismo clássico – teoria da percepção segundo a qual “experiência perceptiva necessariamente possui conteúdo representacional”<sup>6</sup> (SHAHMORADI, 2016) – apresenta um relato mais fidedigno sobre o modo como a percepção funciona.

Porém, é importante salientar que autores como Shamoradi (2016) e Schellenberg (2012) tem argumentado que a percepção é representacional justamente por que é desse modo que o nosso sistema visual funciona. Se é realmente o caso de que o nosso sistema visual opera de maneira representacional, então, qualquer teoria da percepção que não faça uso de representações deve ser, logicamente, descartada, haja vista que não se apresentaria como uma teoria empírica sobre a percepção.

Contudo, se é o caso de que o não-representacionismo endossado pelo enativismo é plausível, não há como teorizar percepção sem levar em conta os dados provenientes da antropologia cultural, da biologia evolutiva, da linguística, da psicologia experimental e da filosofia – para mencionar apenas algumas áreas.

---

<sup>4</sup> Cabe ressaltar que existem, ainda, outras formas de não-representacionismo disponíveis na filosofia da percepção. O relacionismo, por exemplo, é a tese segundo a qual a percepção é uma relação entre o agente e o objeto percebido. Assim, estados perceptuais não seriam representações. A versão de não-representacionismo que eu endosso aqui é enativista, ou seja, apoia-se na tese de que a percepção se dá num processo contínuo de interação do organismo com o ambiente.

<sup>5</sup> Para uma introdução ao enativismo e suas principais vertentes, ver Ward et al (2017).

<sup>6</sup> “perceptual experience necessarily possesses representational content” (SHAHMORADI, 2016).

Claro, a plausibilidade de uma proposta de não-representacionalismo para a percepção está condicionada a quais elementos são fundamentais para uma teoria da percepção (*vide* capítulo 03). Se considerarmos que apenas as ciências duras são necessárias, então, a nossa tentativa é, infelizmente, infrutífera. No entanto, se considerarmos que as ciências “fracas” são igualmente indispensáveis, então, temos boas razões para crermos que a nossa proposta é esperançosa.

No cerne do debate entre representacionalistas e não-representacionalistas destaca-se a noção de erro. A necessidade da postulação de representação só é vindicada precisamente por que a noção de erro vem à tona. Contudo, é uma questão muito importante para nós saber se a própria percepção erra ou se são algumas estruturas dotadas de conteúdo representacional como, por exemplo, crenças e julgamentos que erram. Assim, a proposta da presente dissertação pretende esclarecer como as duas grandes teorias da percepção (representacionalismo e não-representacionalismo) afetam a nossa compreensão de como erramos e como devemos localizar a fonte do erro durante as nossas experiências perceptuais.

Na tentativa de promover uma abordagem geral e, mais completa, para teorizar percepção, eu sustento – *pace* Shahmoradi (2016), Campbell (2014) e Schellenberg (2012) – que apenas uma variedade radical de não-representacionalismo consegue apontar para uma melhor descrição do que seja a percepção *enquanto* percepção, isto é, a instância em que a percepção não envolve atitudes representacionais por parte do sujeito.

A fim de dar sentido a uma proposta que seja ambas, não-representacionalista e mais robusta, uma análise cautelosa das nossas interações com o ambiente acabaria por se revelar de fundamental importância para que possamos entender como a cognição, cérebro e o mundo formam um todo profundamente interconectados.

Nessa perspectiva, cognição, cérebro, organismo e seu *milieu* (*i.e.*, o mundo fenomenal tal como experienciado pelo organismo) são partes de um

sistema maior e mais complexo<sup>7</sup>. Assim, ao avançar as formulações originais do enativismo, eu endosso aqui uma variedade de não-representacionalismo radical.

Ao fazê-lo, eu descentralizo o papel do cérebro no que diz respeito à cognição e, coerente com a proposta a ser defendida aqui, defendo que a cognição faz parte de um sistema muito mais amplo do que apenas o sistema neural, como alguns filósofos defendem. É importante destacar que o não-representacionalismo aqui endossado não nega que as representações mentais existem. A queixa do não-representacionalismo é a de que o principal trabalho da mente (*i.e* no nível básico) não é representar.

Tendo essa discussão em vista, a missão do presente trabalho não se limita a exemplificar o quão incompleta é a abordagem representacionista da mente. A contribuição do presente trabalho não é meramente negativa. Indo um pouco além, eu tento clarificar quais são os ganhos explanatórios provenientes do não-representacionalismo radical, em contraste com o representacionalismo, e motivar a aceitação de uma proposta unificadora (que congrega elementos cruciais de várias teorias não-representacionistas) para podermos descrever fielmente o que, de fato, é a percepção e como ela opera.

Conforme sugerido por Erik Myin (2020), percepção deve ser entendida em termos de funcionalidade biológica. Em vez de representar, a percepção deve ser pensada em termos de adaptatividade, de forma que a percepção é um dos principais meios, senão o principal, pelo qual o organismo entra em contato com o seu ambiente.

Na tentativa de dar ainda mais sentido à proposta de pensarmos a percepção em termos de funcionalidade biológica, eu investigo e desenvolvo uma distinção crucial feita por Myin (2020), a saber: a distinção entre erro (biológico)

---

<sup>7</sup> Para Thompson (2007), as partes e o todo se *co-definem*. Entender a perspectiva enativista, ao menos aquela variedade originalmente promovida por Thompson, Valera & Rosch (1991), implica assumir que o todo (sistema cognitivo) não é meramente a soma das partes (cognição, organismo, cérebro, *milieu*), mas é, de maneira contraditória, maior e menor que as partes. No recente trabalho *Sobre as metáforas nas ciências cognitivas: qual escolher?*, Barbosa et al (2019) esclarecem, dentre outras coisas, o conceito thompsoniano de “co-emergência”. Para os autores, esse conceito é chave para que possamos entender como o todo (organismo, mente e mundo conectados) é maior e menor, ao mesmo tempo e de maneira contraditória, do que as suas partes (organismos, mente e mundo “separadamente”).

e erro conceitual (semântico)<sup>8</sup>. Para Myin (2020), a primeira categoria de erro se encaixaria na dimensão da normatividade biológica. A segunda, por sua vez, se enquadraria na dimensão da normatividade semântica. Aqui, erro equivale ao que é chamado de *mistake* no inglês.

Embora ambas sejam “formas de errar”, somente a segunda forma é representacionalmente informada, uma vez que envolve uma “tomada” (*take*) “enganosa” (prefixo *mis* do inglês) por parte do organismo. Considerando que a definição e distinção entre essas duas categorias de erro é crucial para estarmos em uma posição privilegiada no debate entre representacionalistas e não-representacionalistas, eu discutirei nos próximos capítulos a definição de erro usada em cada corrente de pensamento bem como suas vantagens e desvantagens.

Finalmente, cabe destacar a maneira como eu organizei o presente trabalho. A estrutura da dissertação é basicamente a seguinte: no primeiro capítulo, na próxima seção, introduzo e avalio criticamente o representacionalismo clássico na filosofia da percepção divulgado por Nanay (2010), Shahmoradi (2016), Schellenberg (2012) e Campbell (2014). No segundo capítulo, destaco as principais motivações dos teóricos do não-representacionalismo promovido por enativistas tais como Hutto & Myin (2013; 2017), Van Den Henrik (2014) e Myin (2020). No terceiro capítulo, desenvolvo uma variedade de não-representacionalismo radical para a percepção baseada em germes da filosofia enativa de Van Den Henrik (2014) e, mais recentemente, em Myin (2020). Por fim, concluo brevemente.

---

<sup>8</sup> Agradeço ao Professor Ludovic Soutif (PUC-Rio) por me alertar sobre a distinção entre *error* e *mistake*. Essa distinção tem sido de fundamental importância para o melhor direcionamento deste trabalho. Agradeço também ao Professor Erik Myin (Universiteit Antwerpen) por me alertar sobre como a distinção entre erro semântico e erro biológico pode nos ajudar a encaminhar o problema do erro na percepção sob um ponto de vista diferente.

## 2

### **Representação na filosofia da percepção: explicando o dado**

Não é difícil encontrar algum filósofo afirmando que as ilusões ópticas nos ensinam bastante sobre como a nossa percepção funciona. Ademais, é mais fácil encontrar filósofos afirmando que as ilusões ópticas constituem um dos mais variados “vestígios” em favor do representacionalismo, ou seja, em favor da tese segundo a qual nós só percebemos o mundo na medida em que tomamos algum aspecto particular dele como sendo de tal maneira. Perceber, os representacionalistas defendem, é tomar posição sobre como as coisas de fato estão.

Construído nesses termos, o representacionalismo postula que a percepção carrega conteúdo representacional; o qual é individualizado por condições de correção, acurácia, condições de satisfação e/ou condições de verdade. Visto desse modo, a posse de conteúdo representacional pelos estados perceptuais seria a melhor forma de explicar o possível desencontro – observado nos casos de ilusão óptica - entre o mundo tal como percebido pelo sujeito e o mundo tal como ele de fato é.

Nanay (2014), por exemplo, é categórico em sua crítica ao não-representacionalismo. Ele sustenta que é um problema (empírico) desafiador tentar explicar como podemos atribuir propriedades divergentes aos mesmos objetos (como no caso da ilusão de Müller-Lyer) se toda informação que precisamos está no ambiente, como afirmam Huttenlocher & Myer (2013; 2017), Thompson (2007) e Gibson (1969). Na ausência do aparato representacional, seria difícil imaginar como poderíamos atribuir propriedades aos objetos que não correspondem ao que de fato eles são<sup>9</sup>.

Neste capítulo, eu examinarei as principais peculiaridades do representacionalismo clássico na filosofia da percepção e apontarei os principais ganhos explanatórios bem como as suas desvantagens. No próximo capítulo, eu

---

<sup>9</sup> Nanay (2014) ainda suscita outro problema empírico para o não-representacionalismo. Segundo ele, casos de percepção multimodal justificam a necessidade da postulação da representação. A justificação se daria pelo simples fato de que a representação serviria como uma estrutura compartilhada que daria sentido às diversas informações (visuais e auditivas por exemplo).



apresentarei a visão não-representacionalista na tentativa de apresentá-la como uma alternativa possível a seguir em contraposição à posição investigada no presente capítulo.

## 2.1

### Representacionalismo: conceitos-chave, problemas e perspectivas

#### 2.1.1

##### Conceitos-chave

Existem várias vertentes do representacionalismo disponíveis na filosofia da percepção. Apesar das suas sutis diferenças, todas as variedades de representacionalismo compartilham algo basilar: qualquer forma de representacionalismo promete endereçar uma resposta à nossa persistente inquietação, a saber: “como nós (sujeitos) podemos *errar* durante a percepção?”

Casos paradigmáticos de erros perceptuais são as ilusões ópticas. Embora as ilusões ópticas não nos mostrem que sempre nos enganamos durante as nossas experiências, elas ao menos servem para mostrar que, em casos específicos, nós percebemos erroneamente (ver Smith 2012, p.23), isto é, às vezes percebemos inadequadamente precisamente porque existe alguma discrepância entre o que é percebido e o que deveríamos perceber (o real objeto). Com efeito, o que aconteceu, nas palavras do representacionalista, foi que falhamos em representar.

À primeira vista, o representacionalismo parece ser provido de boas razões para explicar melhor a existência de erros perceptuais. Para os teóricos do representacionalismo, a postulação da representação cumpre também o papel de ganho explanatório uma vez que a representação conta como um recurso metodológico. Explicando essa ideia, Locatelli & Wilson (2017, p. 198) acrescentam que, para o representacionalista, a percepção é *sobre* o mundo “em virtude da sua representação de uma parte específica dele como sendo de uma maneira ou maneiras específicas; por exemplo, azul, alto, doce e assim por diante”

10

---

<sup>10</sup>“in virtue of its representing a particular portion of it as being some specific way, or ways; e.g. blue, loud, sweet, and so on”. (Locatelli & Wilson, 2017, p. 198).

É justamente por que representamos as coisas como sendo de tal e tal maneira, diz o representacionista, que as ilusões ópticas são possíveis durante as nossas experiências perceptuais – isto é, que a possibilidade do erro nos é dada durante o ato perceptivo. Seguindo essa concepção, os representacionistas estariam, *prima facie*, em uma posição privilegiada no debate sobre qual é a natureza da percepção<sup>11</sup>.

É digno lembrar o que a tradição na filosofia analítica entende por “representação” e, ainda, o que uma representação compreende. Estritamente falando, uma representação – aqui sempre entendida como uma representação mental – é uma estrutura dotada de alguns atributos peculiares, nomeadamente: conceitos, referências e valores de verdade, por exemplo. Dizer que a percepção representa equivale a dizer que a própria percepção, dentre outras coisas, assume valores de verdade sobre as coisas que lhe são objetos de referência.

Conteúdo representacional e representação, no entanto, não devem ser confundidos. A representação é possível graças ao sujeito que toma o objeto como sendo tal e tal. Representação é a nossa tomada acerca das coisas. Já o conteúdo representacional refere-se ao que está sendo veiculado pela representação. Um mapa do Rio de Janeiro, por exemplo, é uma representação da cidade do Rio de Janeiro. O conteúdo veiculado pela representação é, se acurado, a própria cidade do Rio de Janeiro.

Citando a definição empregada por Hutto & Myin (2013) em seu manifesto anti-cognitivist da mente *Radicalizing Enactivism*, Segundo-Ortin et al (2019) nos adverte que a maior parte das ciências cognitivas empregam exatamente a definição de conteúdo representacional aqui também utilizada:

---

<sup>11</sup> É importante destacar que, na presente dissertação, eu assumo a existência de erros perceptuais, isto é, erros *devidos à própria percepção*. Ainda, eu defendo que a origem dos erros perceptuais deve ser esclarecida independente da teoria que adotamos. Portanto, o erro perceptual é um dado a ser explicado em qualquer teoria da percepção – seja representacionista ou não-representacionista. Se o erro perceptual tem a percepção como sua origem – ou seja, se é ou não a própria percepção que erra – não deveria ser algo trivial. Ademais, eu assumo que a existência de erros perceptuais não nos compromete com uma teoria representacionista da percepção. A fim de estarmos em uma posição adequada para julgar qual a melhor teoria da percepção, filosofia e ciência devem ser bons parceiros em que ambas nos ajudam a conceber melhor como percebemos e erramos o que percebemos ou o que deveríamos perceber.

De acordo com Hutto & Myin, um dado estado ou processo tem conteúdo se e somente se ele tem condições de satisfação de um tipo particular, nomeadamente, se ele pode ser verdadeiro ou falso, correto ou incorreto, preciso ou impreciso, verídico ou inverídico, etc., sobre outra coisa (2013, p. x). Tradicionalmente, eles sustentam, a maioria das teorias nas ciências cognitivas assumiram que representações mentais tem conteúdo nestes termos, e que a manipulação de tais representações ou estados conteudísticos é uma condição necessária para que os organismos se comportem inteligentemente ou cognitivamente.” (Segundo-Ortin; Heras-Escribano; Raja, 2019, p.6)<sup>12</sup>

Negar que a percepção conceitua ou assume valores de verdade exige um esforço teórico sério a fim de que seja demonstrado o motivo pelo qual a representação é dispensável – pelo menos em algum nível – para o ato perceptivo. Qualquer proposta teórica contra o representacionalismo deve, eu penso, viabilizar um substituto teórico para a representação. Indo um pouco mais além, o teórico do não-representacionalismo precisaria viabilizar uma explicação de como nos iludimos se o modo como a percepção opera não é inerentemente representacional.

Na ausência desse aparato teórico, o não-representacionalista estaria, de antemão, em uma posição desvantajosa. Portanto, caberia ao não-representacionalista o ônus da explicação de como a percepção poderia ser melhor descrita em termos não-representacionais.

### 2.1.2

#### **Conteúdo representacional: sobre os termos do debate**

Não é difícil encontrar filósofos tentando esmiuçar a noção de conteúdo representacional empregada no debate entre representacionalistas e não-representacionalistas. Com efeito, existe uma preocupação explícita entre os filósofos contemporâneos no que diz respeito à caracterização de tal definição.

---

<sup>12</sup> “According to Hutto and Myin, a given state or process has content if and only if it has conditions of satisfaction of a particular sort, namely, if it can be true or false, correct or incorrect, accurate or inaccurate, veridical or nonveridical, etc., regarding something else (2013, p. x). Traditionally, they argue, most theories in cognitive science have assumed that mental representations are contentful in these terms, and that the manipulation of such contentful states or representations is a necessary condition for organisms to behave intelligently or cognitively.” (Segundo-Ortin; Heras-Escribano; Raja, 2019, p.06)

Como vimos na seção anterior, Hutto & Myin (2013; 2017) e, mais recentemente, Segundo-Ortin, Heras-Escribano e Raja (2019) tem demonstrado em vários lugares como a noção de conteúdo representacional vem sendo recorrentemente usada.

A grande preocupação entre os filósofos é, ao meu ver, a de tentar situar bem o debate ao destacar a noção de conteúdo representacional que é usualmente empregada. Do contrário, teríamos mais de uma noção de representação em jogo e, conseqüentemente, não poderíamos alicerçar bem o debate. Analisando a natureza precisa da estrutura do conteúdo representacional, Locatelli & Wilson (2017, p. 198) escrevem:

Houve muito debate sobre a natureza precisa e estrutura do conteúdo da experiência e como ela se compara ao conteúdo da crença. Por exemplo, alguns representacionalistas consideram o conteúdo perceptivo proposicional (por exemplo, McDowell 1994; Brewer 1999), avaliável pela verdade ou falsidade, enquanto outros o consideram, pelo menos em parte, pré - ou não conceitual (por exemplo, Peacocke 1998, 2001a, b; Kelly 2001; Bermudez 2009; Dretske 1969, 1981). *No entanto, geralmente é considerado uma restrição às teorias representacionais da percepção de que esse conteúdo tem veridicalidade, precisão ou condições de correção.* (notas de rodapé omitidas e destaques nossos, 2017, 198)<sup>13</sup>.

Poder-se-ia argumentar que o representacionalismo se apresenta como uma sugestão teórica que, de fato, nos fornece boas razões para crermos que o modo como percebemos é representacionalmente orientado. Em verdade, os advogados do representacionalismo reivindicam que a representação não é apenas importante, mas indispensável para percebermos o mundo ao nosso redor. Se este não fosse o caso, como poderíamos errar?

Por um lado, os representacionalistas reivindicam, a percepção é uma atividade mental que representa o mundo sob determinada maneira na medida que tomamos um aspecto particular do mundo como sendo tal e tal. Por outro, os

<sup>13</sup> There has been much debate over the precise nature and structure of the content of experience, and how it compares to the content of belief. For example, some representationalists take perceptual content to be propositional (e.g. McDowell 1994; Brewer 1999), e.g. assessable for truth or falsity, while others take it to be, at least in part, pre- or non-conceptual (e.g. Peacocke 1998, 2001a, b; Kelly 2001; Bermudez 2009; Dretske 1969, 1981). However, it is generally taken to be a constraint upon representational theories of perception that such content has veridicality, accuracy or correctness conditions. (LOCATELLI & WILSON, 2017, 198).

não-representacionalistas reivindicam, a percepção pode ser entendida em termos essencialmente não-representacionais. Diante dessa discussão, a pergunta que revela o nosso problema é: ambas as visões estão operando de acordo com a mesma definição de representação? A minha resposta é: sim!

A minha posição é ratificada aqui se olharmos atentamente para o modo como os teóricos de ambas as visões postulam suas ideias. Levando em consideração as citações de Locatelli & Wilson (2017) e Segundo-Ortin et al (2019), é fácil perceber que, tanto em defesas clássicas de representacionalismo – Cf. Campbell (2014), Shamoradi (2010), Schellenberg (2012) e Nanay (2014) – quanto não-representacionalistas (cf. Hutto & Myin 2013; 2017; Myin (sob revisão, 2020); Van Den Herik 2014), o que está em jogo ao se falar em representação é uma espécie de tomada acerca do que se é percebido.

Essa “tomada” compreende os atributos contemplados nas citações supramencionadas e, por sua vez, se enquadra perfeitamente na segunda categoria de “erro” que apresentei na introdução, isto é, a noção de erro enquanto uma tomada enganosa sobre “algo”.

É precisamente nesse sentido que Rescorla (2016, p. 17) usa a noção de representação mental. Sobre tal definição, o filósofo americano escreve:

Filósofos e cientistas usam a expressão "representação mental" de muitas maneiras diferentes. O tipo de representação mental que me preocupa envolve conteúdo representacional ... [de modo que] um estado mental tem um conteúdo que representa o mundo como sendo de certa maneira. Podemos perguntar se o mundo é realmente assim. Esses estados são avaliados semanticamente em relação a propriedades como verdade, precisão e cumprimento. (p. 17)<sup>14</sup>

Corroborando a posição de Rescorla, Hutto (2014) assegura que para que um estado mental seja representacional é necessário que existam condições de correção. Assim, as condições de correção seriam as normas prévias pela qual toda representação relacionaria o conteúdo de um estado mental com o que é

---

<sup>14</sup> Philosophers and scientists use the phrase “mental representation” in many different ways. The type of mental representation that concerns me involves representational content ... [such that] a mental state has a content that represents the world as being a certain way. We can ask whether the world is indeed that way. These states are semantically evaluable with respect to such properties as truth, accuracy, and fulfillment. (p. 17)

percebido. Citando Crane (1992), Hutto (2014) assegura que essa é a concepção padrão de representação:

dizer que qualquer estado tem conteúdo é precisamente dizer que representa o mundo como sendo de certa maneira. Assim tem o que Peacocke ... chama de 'condição de correção' - a condição sob a qual ela representa corretamente (Crane 1992, p. 139, *apud*, Hutto, 2014, 58).<sup>15</sup>

Para os representacionalistas como Nanay, Schellenberg e Shahmoradi, por exemplo, o simples fato de que experienciamos traços do mundo que não corresponde ao que de fato eles são parece ser uma boa razão para sustentar que a postulação de representações são justificadas. Por outro lado, não-representacionalistas como eu, tentam encaminhar o problema sob um viés diferente.

Eles tentam conciliar a existência de erros perceptivos com a antiga ideia – revivida por autores contemporâneos, tais como Charles Travis (2014) e Wilson (2018) – de que a percepção nada erra, nada fala, nada representa. No próximo capítulo, eu devo falar mais sobre como os não-representacionalistas encaminham o problema da representação.

Levando em consideração as citações acima acerca da noção de representação, é possível presumir que a noção de representação em jogo é a mesma usada em todo debate entre representacionalistas e não-representacionalistas.

## 2.2

### Justificando o representacionalismo com as ilusões ópticas

Como mencionei nas seções anteriores, as ilusões ópticas servem também como um recurso metodológico nas mãos do representacionalista. É importante ressaltar que, embora as ilusões ópticas recebam a maior parte das atenções dos teóricos do representacionalismo, existem, ainda, outras formas de ilusões perceptuais como, por exemplo, ilusões hápticas (ou táteis), ilusões auditivas e,

---

<sup>15</sup> To say that any state has content is just to say that it represents the world as being a certain way. It thus has what Peacocke... calls a 'correctness condition'— the condition under which it represents correctly. (Crane 1992, p. 139, *apud*, Hutto, 2014, 58).

também, ilusões multimodais – quando a ilusão é resultado da comunicação entre duas modalidades sensoriais em que uma modalidade sensorial predomina ou, pelo menos altera, as informações da outra modalidade sensorial.

Talvez a primazia das ilusões perceptuais seja dada às ilusões ópticas devido ao preconceito que endossamos ao “intelectualizar” a visão. Essa intelectualização acontece sempre que temos a visão como referência ao falarmos de percepção. Dentre outras coisas, esse preconceito constitui uma das heranças do cognitivismo clássico, cujas duas pilares principais são representacionalismo e computacionalismo. Rejeitando essa concepção, autores como Noë (em seus últimos escritos) nos adverte que a percepção deveria ser pensada em termos de “toque”, em vez de “visão”.

A ideia central subjacente à interpretação Noëniana de percepção é a de que o toque enfatiza aspectos como “atividade”, “praticidade” e “movimento”. Enfatizar demasiadamente a visão acaba por nos tornar reféns de uma perspectiva teórica representacionista, haja vista que a visão é, na maior parte das vezes, concebida como uma espécie de câmera fotográfica em que os olhos são abertos e o mundo nos é dado de uma só vez.

Por priorizar a visão quando se fala de percepção, não é difícil entender o porquê das ilusões ópticas serem ferramentas substanciais para os teóricos do representacionismo. Douglas Campbell, por exemplo, não economiza espaço em sua resenha de 2014 ao livro de Hutto & Myin (2013) a fim de vislumbrar a (im)possibilidade de pensarmos a separação entre percepção e representação.

Campbell (2014) toma como ponto de partida o argumento anti-representacionista desenvolvido por Hutto & Myin (2013) nos capítulos 4 a 6. Especificamente, Campbell aponta uma dificuldade encontrada na explicação que Hutto & Myin fornecem para a ilusão de Müller-Lyer (ilustrada nas páginas 25 e 26).

Quando vemos a ilusão de Müller, ele diz, percebemos uma reta como sendo maior do que a outra. Porém, ambas as retas são idênticas em tamanho. Houve, Campbell insiste, uma divergência entre o que percebemos, o que para ele envolve a nossa crença sobre as retas, e o que de fato as retas são, o objeto da nossa percepção e da nossa crença. A percepção produziu uma má-representação

das retas de Müller-Lyer. Logo, o filósofo conclui, a percepção deve ser representacional.

Podemos, portanto, reconstruir o argumento de Campbell (2014) na forma de uma inferência à melhor explanação. Basicamente, poderíamos resumir o argumento da seguinte maneira:

1. Dado positivo: Eu vejo as retas da ilusão de Müller-Lyer como não sendo do mesmo tamanho;
2. Dado positivo: As retas da ilusão de Müller-Lyer são do mesmo tamanho;
3. Dado positivo: Eu falhei na minha atribuição de propriedade às retas;
4. Hipótese: Isto ocorre presumivelmente porque a percepção é representacional;
5. Dado negativo: Nenhuma outra hipótese relevante permite explicar 3 com maior grau de plausibilidade;
6. Logo, percepção é representacional.

É interessante realçar que a posição de Campbell é corroborada por alguns filósofos, como é o caso de Susanna Schellenberg. Para a filósofa libanesa, o simples fato de que o mundo se apresenta de uma certa forma para o sujeito que percebe já implica que a percepção tem conteúdo<sup>16</sup>.

Seguindo o mesmo viés, Shahmoradi (2016) sustenta, em seminal artigo *Why do we need perceptual content?*, o que ele chamou de “visão branda de conteúdo”. Para Shahmoradi, a percepção tem de ser representacional por que é assim que o sistema visual funciona (Cf. 2016, 2).

Podemos, ainda, piorar as coisas. Mesmo quando sabemos que ambas as retas da ilusão de Müller-Lyer são idênticas em tamanho, isto é, quando temos conhecimento sobre elas, nós continuamos a ser suscetíveis de nos iludir com elas. Assim, poderíamos reconceber o argumento de Campbell a fim de torná-lo ainda mais radical:

- 1'. Eu vejo as retas da ilusão de Müller-Lyer como não sendo do mesmo tamanho;
- 2'. As retas da ilusão de Müller-Lyer são do mesmo tamanho;

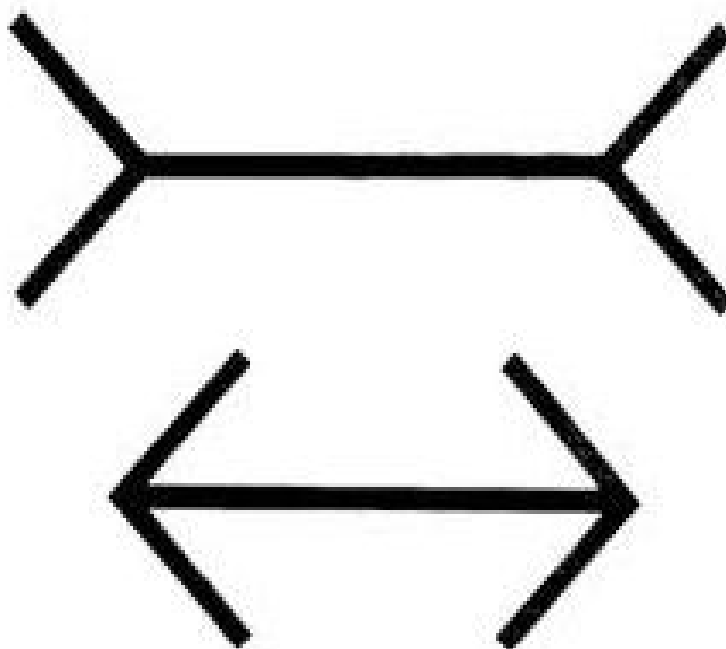
---

<sup>16</sup> Cf. SCHELLENBERG, 2011, 722.

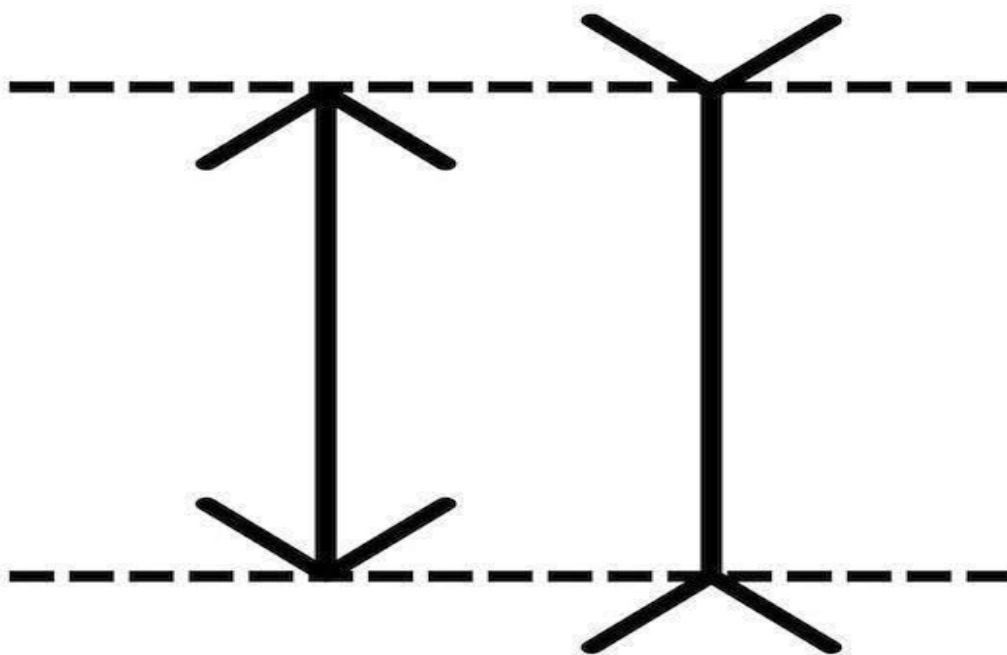


3. Eu falhei na minha atribuição de propriedade às retas mesmo sabendo que as retas possuem o mesmo tamanho (ou seja, 2' é verdadeiro);
4. Isto ocorre presumivelmente porque a percepção é representacional;
5. Nenhuma outra hipótese relevante permite explicar 3 com maior grau de plausibilidade;
- 6.' Logo, percepção deve ser representacional.

Na ausência de uma hipótese com maior plausibilidade do que 4 – como é o caso de Hutto & Myin (2013) – contra o representacionalismo, Campbell assegura, a nossa melhor tese é a de que a percepção é representacionalmente informada.



**Figura 1:** ilustração da ilusão óptica criada pelo psiquiatra alemão Franz Müller-Lyer. Embora as retas sejam idênticas em tamanho, elas parecem desiguais mesmo quando sabemos que ambas as retas são do mesmo tamanho.



**Figura 2:** imagem demonstrando a identidade (em tamanho) das retas da ilusão de Müller-Lyer.

*Prima facie*, o argumento de Campbell é capaz de explicar a discrepância que existe entre o que sujeito vê e o que ele sabe, isto é, que as retas são do mesmo tamanho e se apresenta com um argumento atraente<sup>17</sup>.

O emprego das ilusões ópticas em favor do representacionalismo nos revela que podemos errar durante a percepção e que o erro perceptivo *deve* ser representacional, se encaixando assim na segunda categoria que estabeleci na introdução, qual seja: erro semântico. Interessantemente, representacionalistas no geral, e autores como Campbell, Nanay e até mesmo Noë (em seus primeiros escritos) não perdem muito tempo em tentar definir, ou mesmo redefinir, o que é um erro perceptivo.

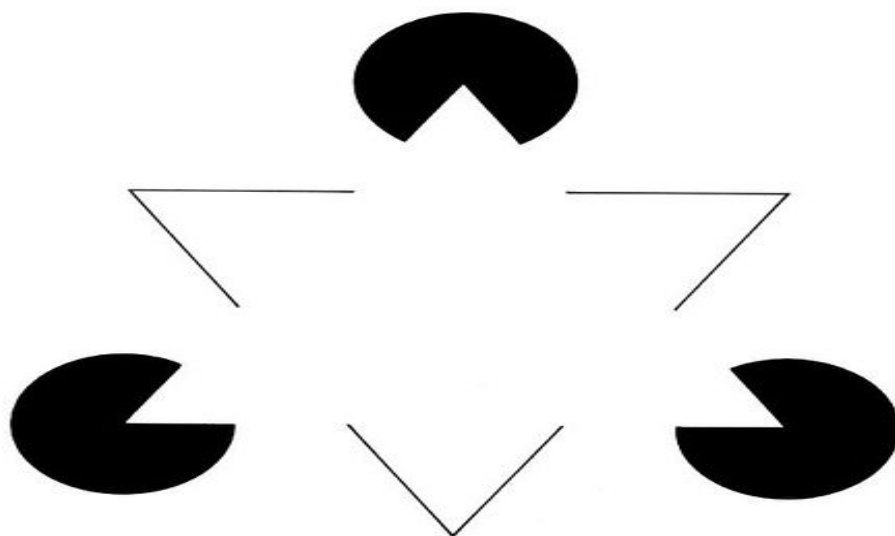
Ao defender representacionalismo, Campbell (2014) endossa a noção de erro enquanto *mistake*, isto é, enquanto uma má-tomada acerca de um certo aspecto do mundo. Essa tomada surge, ao menos em situações específicos, graças ao auxílio de aptidões proto-linguísticas ou até mesmo linguísticas. Uma simples tomada acerca das retas de Müller vistas pelo sujeito compreende elementos

<sup>17</sup> Agradeço ao Profº Ludovic Soutif por ter me alertado sobre o papel indispensável da representação dentro do corpo teórico do representacionalismo para explicar as ilusões ópticas. *Prima facie*, a posse de conteúdo representacional resolveria o problema de como nos iludimos. Nesse sentido, o representacionalismo pareceria ser uma opção realmente alternativa.

cruciais tais como a noção de tamanhos diferentes; o histórico de conhecimento do sujeito e noções básicas de assimetria entre objetos.

Embora possam ser fundamentadas e desenvolvidas com o suporte da linguagem, e penso que viabilizar uma teoria representacionalista da percepção demandaria uma visão linguística dessas aptidões, o não-representacionalista sente-se esperançoso de que todas essas habilidades podem ser teorizadas sob um ponto de vista fundamentalmente não-linguístico.

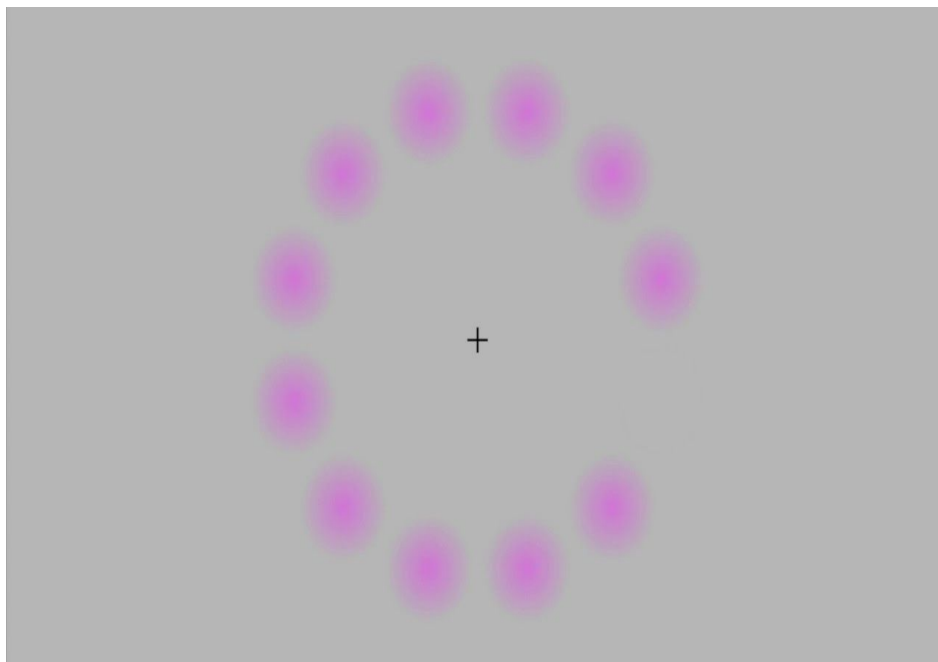
Consideremos agora duas ilusões ainda mais desafiadoras, se comparadas à ilusão de Müller-Lyer. A primeira, a ilusão do triângulo de Kanizsa (ilustrada na página 26) foi descrita pelo psicólogo Italiano Gaetano Kanizsa em 1955. Em síntese, a ilusão se dá por que somos induzidos a ver um triângulo equilátero branco quando, na verdade, tal triângulo não existe. Mesmo quando somos advertidos de que não existe um triângulo equilátero branco, ainda vemos o triângulo bem a nossa frente.



**Figura 3:** imagem representando o triângulo proposto pelo psicólogo italiano Gaetano Kanizsa em 1955.

A segunda ilusão, Lilac Chaser, também conhecida como a ilusão Pac Man, foi criada por Jeremy Hinton em 2005. A ilusão (representada na página 27) consiste em dois discos rosas distribuídos na forma de um relógio com um sinal

de adição (+) no meio. Ao nos concentrarmos atentamente no sinal de adição no meio da ilusão, em 12 segundos veremos apenas um disco verde rodando o círculo da ilusão.



**Figura 4:** imagem representando a ilusão Pac Man proposta Jeremy Hinton em 2005<sup>18</sup>.

Levando em consideração as ilusões ópticas, em geral, e as três ilusões apresentadas aqui, em particular, não é difícil perceber o motivo das ilusões ópticas serem o alvo dos representacionalistas. Conscientes de que as ilusões ópticas são apenas alguns dos casos em que somos induzidos a errar durante a percepção, os representacionalistas não veem outra alternativa senão postular as representações a fim de que tais casos sejam melhor entendidos. Nas palavras de Shahmoradi (2016, 06), “...parece que o caso das ilusões de ópticas se encaixa bem com o relato representacionista da experiência perceptiva”.<sup>19</sup>

### 2.3

#### **Percepções multimodais: evidências empíricas para o representacionismo?**

<sup>18</sup>Para melhor experienciar a ilusão Pac Man, por favor, acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=mPzb7I8tmTU>

<sup>19</sup>“...it seems that the case of optical illusions fits well with the representationalist account of perceptual experience.” (SHAHMORADI, 2016, p. 6)

Em sua busca infundável por problemas empíricos para o anti-representacionalismo, Nanay (2014) permite que uma leitura anti-representacionista – isto é, a visão segundo a qual as representações perceptuais não figuram como pano de fundo principal para a percepção – possa acomodar casos de percepção modal. Porém, casos de percepção multimodal acabam por constituir o calcanhar de aquiles para o anti-representacionista. Casos como esses justificaria, segundo Nanay, a postulação de conteúdo representacional.

Analisando os estudos disponíveis na literatura contemporânea da percepção, Nanay (2014) apresenta alguns exemplos empíricos em que existe a comunicação das informações advindas da audição e da visão. Um dos exemplos apresentados é aquele investigado por Shams, Kamitani e Shimojo (2001). A forma resumida do experimento, de acordo com Nanay (2014) é a seguinte: “se existe um *flash* na sua cena visual e você escuta dois *bips* enquanto o flash dura, você o experiencia como dois”<sup>20</sup> (Nanay, 2014, p.7).

O experimento de Shams et al (2001) constatou que a quantidade de beeps afetou consideravelmente a quantidade de flashes que os voluntários submetidos ao teste perceberam. Quando submetidos ao experimento sem a presença dos beeps, os voluntários acertavam quantos flashes haviam em suas cenas visuais. A ideia crucial aqui é que a audição influenciou a interpretação da cena visual do sujeito ao ter alterado as informações visuais em primeiro lugar.

Em verdade, Shams et al iniciam o artigo com a proposição de que “Nossa percepção do mundo se beneficia claramente da existência de paradigmas de conflito nos quais a visão não fornece informações fornecidas por várias modalidades”<sup>21</sup> (Shams et al, 2001). De acordo com os estudos dos nossos autores, as evidências sugerem que a visão é a modalidade que mais predomina durante a percepção. Ademais, os autores afirmam que a percepção multimodal é regra – e não exceção. Existem, no entanto, casos atípicos de comunicação entre várias

---

<sup>20</sup> “if there is a flash in your visual scene and you hear two beeps while the flash lasts, you experience it as two flashes”. (Nanay, 2014, p.7).

<sup>21</sup> “Our perception of the world clearly benefits from the There are conflict paradigms in which vision does not information delivered by multiple modalities” (Shams et al, 2001).

modalidades sensoriais em que a visão não domina, porém, modifica, segundo os autores, o percepto em outra modalidade.

Impressionado pelos estudos da literatura cognitiva, Nanay argumenta que temos boas razões para crer que o conteúdo representacional é indispensável, uma vez que a percepção multimodal parece demandar a união de ao menos duas representações – como, por exemplo, uma auditiva e uma visual (cf. Nanay, seção III, p.7-9). Assim, o papel da representação seria a de conectar as diversas informações sensoriais a fim de que estas, agora unificados sob o comando de uma única representação, sejam unificadas sob uma “única estrutura compartilhada”.

Seguindo esse viés, é difícil entender, Nanay assegura, como uma teoria que não faz uso da representação pode nos oferecer um bom relato das percepções multimodais. Cabe ressaltar também que percepções multimodais constituem apenas um dos vários casos empíricos contra o anti-representacionalismo. Somado a isso, posições de cunho enativistas – aquelas que enfatizam o caráter ambiental e ativo do organismo para a percepção – e aquelas de cunho gibsonianas – que dispensam o uso da representação para a percepção – apresentam arsenal insuficiente para acomodar casos específicos de percepção.

Por fim, na conclusão do seu artigo, Nanay (2014, 09) nos orienta que a questão relevante não é se “existem representações perceptuais”, uma vez que, se as evidências empíricas suscitadas fazem sentido, as representações perceptuais devem figurar como pano de fundo na filosofia da percepção e das ciências da mente. A questão real, em suas palavras, é: que tipo de representação é a representação perceptual?

## 2.4

### **Perspectivas e problemas**

Levando em consideração tudo que vimos até aqui, é possível concluir que o representacionalismo assim concebido engendra uma série de obrigações a serem aceitas. Uma delas, e talvez a mais importante, é a ideia de que a representação é um elemento indispensável para a percepção. Essa seria, digamos, uma saída do representacionalista ao encaminhar a nossa persistente intuição de que nos iludimos em situações específicas no mundo. Porém, nem tudo está salvo.

Se a noção de representação empregada sempre envolver aptidões linguísticas a serem dominadas em primeiro lugar, teríamos uma conclusão indesejada e cientificamente não-informada, a saber: somente criaturas linguísticas são propensas a se iludir – excluindo-se, logicamente, animais não-humanos e crianças pré-linguísticas.

Diante desse problema, os representacionalistas deveriam escolher dentre as seguintes opções: (1) Aceitar que a representação demanda linguagem e, portanto, somente criaturas minimamente linguísticas se iludem; (2) rejeitar que representação demanda linguagem a fim de sustentar uma posição cientificamente embasada; (3) revisar a noção de representação e, conseqüentemente, o que significa perceber.

Contudo, aceitar cada uma dessas opções traz consigo também conseqüências indesejáveis. Caso se opte por (1), o representacionalista corre o risco de apresentar uma proposta filosoficamente relevante, porém cientificamente implausível, já que segundo dados da etologia cognitiva e psicologia do desenvolvimento outros animais não-humanos podem se iludir. Se a opção (2) for considerada, então o representacionalista não faz jus ao debate, uma vez que o sentido forte de representação que está sendo empregado aqui envolve aptidões linguísticas a serem dominadas em primeiro lugar. Finalmente, se a opção (3) for aceita, o representacionalista pode redefinir o que é representação e, com isso, redefinir o que é perceber.

Felizmente, temos outro caminho disponível a ser trilhado. Um possível caminho seria: (1) adotar uma perspectiva moderada de representação – permitindo, assim, casos em que ocorrem ilusões sem representação linguística – de tal forma que a suscetibilidade a se iludir por parte dos animais não-humanos e crianças pré-linguísticas não constitua um impasse para o representacionalismo; (2) refinar a noção de erro perceptual, distinguindo, assim, erros semânticos (*mistake*) de erros biológicos (oriundos da nossa normatividade biológica), como estabelecido na introdução do presente trabalho; (3) esclarecer como a percepção

por si só representa (linguisticamente) mesmo quando sabemos que o que “vemos”,<sup>22</sup> não é caso.

Talvez o segundo (2) passo se aproximaria mais da proposta de Nanay (2014) em tentar desvendar a natureza das representações perceptuais. Basicamente, a ideia não seria negar a existência da representação, mas analisar minuciosamente qual seria a sua natureza. É importante recordar que esse mesmo passo foi iniciado por filósofos denominados anti-representacionistas, tais como Hutto & Myin (2013; 2017) e Myin (2020) e, seguindo as pegadas destes, mais recentemente, por Segundo-Ortin, Heras-Escribano e Raja (2019). No próximo capítulo, eu devo falar mais sobre a proposta promovidas por esses filósofos.

Por fim, gostaria de resumir as ideias principais do presente capítulo. O representacionista enxerga, no nosso caso, uma questão a ser respondida, a saber: como podemos nos iludir perceptualmente? Porém, a maneira como os teóricos do representacionismo encaminham a questão os forçam a empregar a segunda definição de erro aqui discutida, haja vista que somente a segunda definição de erro carrega os atributos que, por sua vez, são próprios da representação.

Uma vez que os representacionistas negligenciam a primeira definição de erro (proveniente da ordem biológica), eles não veem nenhuma chance de pensar a percepção em termos não-representacionais. Contudo, a decisão do teórico do representacionismo em adotar unicamente a segunda definição de erro nos traz a seguinte inquietação: a primeira definição é viável? Faz sentido? É filosoficamente relevante e/ou cientificamente informada? Essas questões devem ser respondidas adequadamente nos próximos capítulos.

---

<sup>22</sup> Devemos ser cautelosos quanto a suscetibilidade das ilusões, sejam hápticas, ópticas, modais ou multimodais. As ilusões não são um fenômeno universal. Trata-se, com efeito, de um fenômeno contextualizado, social e, por isso, particular.



### 3.

## Não-representacionalismo: sobre o dado a ser explicado

Até aqui vimos que o representacionalista sente-se esperançoso de que, ao postular veículos com conteúdo representacional, a nossa persistente intuição de que existem erros perceptuais será devidamente vindicada. Porém, não é muito claro se a postulação de tais itens é realmente o melhor caminho para explicar como percebemos e como nos iludimos. Em contraposição à essa perspectiva, os não-representacionalistas reivindicam que percepção e representação não são duas faces da mesma moeda.

Percepção, para os não-representacionalistas, é uma atividade cognitiva não essencialmente representacional. Neste capítulo, eu apresentarei os pressupostos principais do não-representacionalismo endossado por Hutto & Myin em diversos escritos e apontarei uma variedade específica (radical) de não-representacionalismo – a ser defendida em detalhes no próximo capítulo.

### 3.1

#### O não-representacionalismo radical de Hutto & Myin

Embora o enativismo de Hutto & Myin, teoria segundo a qual a maior parte da nossa mentalidade dispensa a manipulação de representações, tenha sido divulgado em livros não tão recentes, foi somente com a obra *Radicalizing Enactivism*, publicado em 2013 e considerado um manifesto anti-representacionalista para a filosofia analítica e para as ciências cognitivas, que o enativismo radical ganhou força. Contudo, a proposta de Hutto & Myin não foi bem recebida por parte de alguns filósofos.

Uma das principais críticas foi a de que a variedade de enativismo promovida por eles constituía uma abordagem absurdamente negativa para as ciências cognitivas e para filosofia da mente – uma vez que a variedade de enativismo promovida por eles apresentava fortes críticas às teorias representacionalistas da percepção ao passo que não oferecia um relato positivo sobre a cognição (em geral) e da percepção (em específico).

Além do aspecto excessivamente negativo do livro de 2013, autores como Van Den Henrik, por exemplo, menosprezaram a “radicalidade” do enativismo radical. Assim, o trabalho de Hutto & Myin foi visto tanto como sendo negativo em seus detalhes como sendo pouco radical.

Para Van Den Henrik, a proposta original de Hutto & Myin (2013) deveria ser vista como uma versão moderada de não-representacionalismo, pois ao passo que se opunha ao emprego de representações no que foi chamado de *basic minds*<sup>23</sup>, o enativismo radical permitia que contextos de engajamentos com o meio ambiente, possíveis graças a nossa aquisição de habilidades linguísticas, fossem abordados sob um ponto de vista representacionalista.

Porém, é importante ressaltar que a radicalidade do não-representacionalismo de Hutto & Myin é direcionada apenas às *basic minds*. Assim, a crítica fundamental de Hutto & Myin é a de que a função principal da cognição (logo, da percepção) não é representar. No entanto, a radicalidade apenas direcionada ao nível básico da cognição foi vista por alguns autores como uma radicalidade não suficiente.

Reconhecendo essa tensão dentro do corpo teórico do enativismo radical, Hutto & Myin, em uma nota de rodapé<sup>24</sup>, admitem que seus escritos anteriores possibilitaram a má interpretação da tese do enativismo radical de que onde há linguagem há representação. Coerentemente com a mensagem original transmitida

<sup>23</sup> Como nos alerta Van Den Henrik (2004), é importante ter em mente que o conceito de *basic mind*, tal como empregado por Hutto & Myin em vários trabalhos, é uma recuperação da distinção feita entre mente básica e supermente feita por Frankish (2004). Para maiores detalhes, cf. a seção 2.2.3, pp. 16-17 de Van Den Henrik (2014).

<sup>24</sup> Eis a nota de rodapé em que Hutto & Myin rebatem a má interpretação da sua teoria ocasionada em seus escritos anteriores: “It is true that in both Hutto 2008 and Hutto and Myin 2013, we speak in terms of content-based forms of cognition instead of content involving forms of cognition in places. Admittedly, with hindsight, use of that language was a mistake. Unfortunately it appears to have given rise to the idea that Hutto and Myin (2013) “subscribe to a genuinely representationalist view of language despite their radicalism about cognition” (Harvey 2015, 107; see also van den Herik 2014). While this misreading may have been fostered by our own unfortunate wording, Harvey (2015, 107) goes much further than what is implied in the text when he assumes that Hutto and Myin (2013) “reflexively conceive of everyday language use as necessarily, self-evidently representational [and that we] not only describe language and language-dependent cognition as representational, [but we] suggest that it would be ludicrous to think otherwise.” These are not views we have ever endorsed. We believe there is every reason to suppose that some thoughts and speech acts are contentful in a representational sense, but we do not assume that all language is representational. Such attributions to us should not be taken seriously; after all Harvey readily admits that his evidence for ascribing them is marvelously thin because “H&M don’t say much about language. What they do say is mostly in asides and parenthetical statements” (p. 107).” (Hutto & Myin, 2017, p. 262).

em 2013, Hutto & Myin afirmam que a maior parte da nossa vida mental é melhor entendida sem apelo ao uso de representação. Portanto, formas novas de engajamentos com o mundo mediados pelo uso da linguagem seriam, podemos afirmar, melhor entendidas sob um ponto de vista dinâmico e relacional.

Representacionalistas como Campbell e Nanay, por exemplo, foram ainda mais sagazes, como vimos no capítulo anterior. Ambos os autores nos forneceram exemplos indiscutíveis de como nos enganamos durante a percepção. Para esses autores, o representacionalismo consegue acomodar esses casos claros em que ocorrem erros perceptuais. Em resumo: Campbell e Nanay estão interessados em desafiar não apenas a proposta de Hutto & Myin, mas o não-representacionalismo amplamente construído.

Reconhecendo as limitações intrínsecas do livro de 2013, Hutto & Myin almejam avançar o enativismo radical e, ao contrário do primeiro livro, propor uma abordagem mais positiva. Em *Evolving Enactivism*, publicado em 2017, e considerado a obra mais desenvolvida de Hutto & Myin sobre o tema, é possível ver claramente a tentativa de promover uma unificação robusta das contribuições de várias teorias que poderiam ser consideradas não-representacionalistas e, por conseguinte, serem aliadas à teoria do enativismo radical.

Ademais, o principal objetivo da unificação de várias contribuições compatíveis com o enativismo não era tão somente o de exemplificar as condições necessárias para a passagem da cognição básica para a cognição com conteúdo, mas apresentar as implicações práticas do enativismo radical, se fosse o caso de que as suas pressuposições filosóficas se mostrassem sólidas.

No entanto, ambos os livros falharam em nos fornecer um relato de como a linguagem confere conteúdo representacional às nossas práticas sócio-normativas. Semelhante relato é, penso, de extrema importância para qualquer projeto não-representacionalista (de cunho enativista) da mente. A importância é justificada se atentarmos para o fato de que a obra de 2017 de Hutto & Myin tenta suturar a lacuna entre mentes sem conteúdo e mentes com conteúdo.

A ferramenta encontrada para fazer o devido trabalho é, segundo eles, a linguagem. Nesse sentido, a linguagem seria um elemento indispensável para

explicar a existência das mentes básicas e como estas passam do nível básico para o nível com conteúdo.

Portanto, Hutto & Myin não erguem bases sólidas para que possamos estar justificados de que, mesmo com a aquisição da linguagem, a maior parte das nossas interações com o mundo não precisam ser explicadas com ajuda das representações. Ainda, a distinção entre comunicação e comunhão feita por Myin (2020) é exageradamente intuitiva e pouco nos ajuda no debate acerca da cognição amplamente concebida e, em particular, da percepção.

Em resumo, se é o caso de que Hutto & Myin estão corretos, o domínio da linguagem não deveria constituir um impasse para o não-representacionalismo do enativismo radical<sup>25</sup>. Antes, deveria ser a ponte que permitiria justificar a presença de atividades indisponíveis a nós quando éramos pré-linguísticos. Porém, tal justificação não pode ser alcançada apenas com o esforço da filosofia. Tal relato exige um esforço teórico sério a fim de que seja explicado qual o papel a linguagem desempenha nas nossas práticas dado que a sua função principal não é representar.

Por fim, é digno ressaltar que, apesar de apresentar ideias animadoras, Hutto & Myin falham em nos mostrar não apenas como a linguagem, mas a representação, de fato, desempenha um papel importante nas nossas práticas socioambientais e como, mesmo com a linguagem, boa parte da nossa cognição não representa o mundo de um modo avaliado em termos de verdade e falsidade.

Semelhante ponto foi revisitado, como veremos no próximo capítulo, por Van Den Henrik, sendo precisamente nisso que consistiu o maior avanço do seu trabalho como originalmente formulado em 2014.

### 3.2

#### **O problema duro do conteúdo**

Para alguns autores, a ideia de que a percepção representa é tomada, às vezes, como garantida. Porém, considerando que o tipo de conteúdo relevante para o debate, como Van Den Henrik acertadamente aponta, é o conteúdo

---

<sup>25</sup> Para mais detalhes sobre o papel da linguagem no enativismo radical, conferir o recente trabalho de Cavalcanti & Mota (2019). Basicamente, os autores tentam, dentre outras coisas, sustentar a tese de que, dependendo do modo como a entendemos, a linguagem não deveria ser vista como um impasse para o projeto de Hutto & Myin.

representacional, então, a crença de que a percepção é representacional não parece ser provida de boas razões. Nas palavras de Van Den Henrik (2019, 12), “Uma teoria representacional da cognição é apenas viável se um relato pode ser dado de como representações mentais obtêm seus conteúdos”<sup>26</sup>.

Aqui eu apresentarei a objeção que foi batizada de *Hard Problem of Content* (Problema duro do conteúdo), inicialmente promovida por Hutto & Myin (2013; 2017). Basicamente, a objeção é a seguinte: se o representacionista está disposto a defender que a percepção é representacional, então, os advogados do representacionismo devem estar preparados para explicar como a percepção adquire o conteúdo de um ponto de vista naturalista.

Para Hutto & Myin, o problema duro do conteúdo é mais insolúvel do que propriamente duro. Para que uma resposta fosse dada, os advogados do representacionismo deveriam apelar para um substituto teórico para a representação que apresentasse também bons credenciais naturalistas. A única saída, de acordo com Hutto & Myin, seria apelar para a noção de informação. Porém, a única noção de informação com bons credenciais naturalistas é a noção de informação-como-covariação<sup>27</sup>.

Diz-se que há covariação quando temos uma relação simétrica em que X carrega informações Y sobre Z se e somente se X covaria com Z. Essa relação é considerada simétrica por que X covaria com Z e o contrário também se segue. A mãe natureza, felizmente, nos fornece exemplos em que há covariação. Os anéis de uma árvore co-variam com a sua idade. Suponha que cada anel corresponde a dez anos. Se a árvore tem dez anéis, então, a árvore tem cem anos de idade. Se, por infortúnio, a árvore tem dez anéis e sua idade é de 90 anos, então, houve uma falha biológica.

É vastamente aceito pelos filósofos que, embora haja erro entre a idade e os anéis da árvore não podemos falar propriamente de conteúdo aqui. Além disso, a relação do conteúdo representacional e aquilo que ele representa se dá numa relação assimétrica, pois o que está sendo representado não representa. Partir da

<sup>26</sup> “A representational theory of cognition is only viable if an account can be given of how mental representations get their content”

<sup>27</sup> Para uma visão adversa a ideia de que a única noção respeitável de informação é a informação-como-covariação, ver o seminal trabalho de Milkowski 2015.

noção de informação-como-covariação para a noção de conteúdo representacional exige um esforço que, Hutto & Myin acreditam, sem sucesso.

Portanto, apelar para a noção de informação-como-covariação é inconsistente e de nada ajuda o projeto representacionalista. Temos, na verdade, um problema insolúvel, em vez de um problema duro do conteúdo.

Se o problema do conteúdo faz sentido, então a hipótese de que a percepção é por natureza representacional está longe ser garantida. Por fim, vale ressaltar que o problema do conteúdo serve, para os propósitos dos nossos autores, tanto como uma ferramenta pedagógica ao salientar que o representacionalismo merece ser racionalmente justificado, quanto uma barreira metodológica para toda teoria que não dispense o uso da representação na sua estrutura teórica.

Da mesma maneira que os representacionalistas, Hutto & Myin devem justificar como acontece a passagem das mentes sem conteúdo para as mentes com conteúdo sob um pano de fundo naturalista (esse é precisamente um dos objetivos principais do livro *Evolving Enactivism*).

### 3.3

#### Percepção enquanto função biológica

Se a variedade de não-representacionalismo encaminhada por Hutto & Myin (2013; 2017) é consistente, então, deveríamos teorizar a percepção enquanto uma função biológica. A ideia subjacente a essa posição é motivada pelo fato de que vários (senão todos) projetos de naturalização do conteúdo representacional falharam.

Para Hutto & Myin (2017), deveríamos teorizar a percepção enquanto *targeting*. Percepção, seria um estado intencional direcionado às coisas, e não sobre as coisas. Deveríamos, ainda, segundo Hutto & Myin, redefinir o que entendemos por intencionalidade.

Talvez Brentano (1874) seja o autor mais conhecido no que diz respeito à intencionalidade. Para ele, a intencionalidade seria o marco do mental – aquilo que distinguia algo mental de algo não-mental. Apesar da impressionante posição de Brentano, Hutto & Myin reagiram a sua concepção de intencionalidade ao defender o que ficou chamado de *ur-intentionality* – um tipo de intencionalidade

mais básica quando comparada à intencionalidade exibida pelas crenças e sentenças.

Ao reformular a noção de intencionalidade, Hutto & Myin reformularam também a noção de percepção. A percepção seriam, assim, uma atividade biológica direcionada aos traços do mundo. Esse modo de pensar traz consigo ao menos quatro implicações importantes para uma teoria não-representacionista, em geral, e para o projeto não-representacionista sustentado pelo enativismo radical.

Em primeiro lugar, deveríamos ser capazes de aceitar que, por ser uma função biológica, percepção, ação, ambiente (sempre do organismo)<sup>28</sup> e corpo são partes inseparáveis de um todo intimamente conectado. Não há percepção separada do corpo do organismo, assim como não há percepção sem ação ou sem ambiente.

Em segundo lugar, teorizar a percepção enquanto uma função biológica nos compromete com a ideia de que a percepção é também constituída graças à configuração biológica do corpo do organismo. A constituição do corpo explica por que percebemos da maneira que percebemos. Seguindo essa posição, uma águia e um ser humano percebem o mundo diferentemente uma vez que as suas constituições biológicas são diferentes.

Em terceiro lugar, deveríamos mudar a maneira tradicional de pensar a percepção como *intensional* (com *s*) para pensarmos a percepção como direcional (direcionada as coisas). A ideia crucial aqui é a de que ao percebermos não tomamos as coisas sob um modo de apresentação, mas que só percebemos, como percebemos, porque somos direcionados, da maneira que somos, às coisas do mundo. Obviamente, esse direcionamento pode se apresentar através de diversas formas, ora como uma resposta visceral do organismo, ora como um direcionamento mediado pela atenção por parte do organismo, ora como um direcionamento planejado.

---

<sup>28</sup> É importante ter em mente que “ambiente” aqui deve ser sempre entendido como o ambiente do organismo. Dessa forma, o ambiente do organismo é o horizonte de possibilidades do organismo. Uma descrição do ambiente pela física seria uma descrição incompleta, uma vez que o ambiente do organismo consiste numa escala ecológica (cf. Van Den Henrik, 2019).

Evidências empíricas suportam esse terceiro comprometimento que devemos endossar. Tomemos, por exemplo, o experimento *Gorila Invisible* (ilustrado nas páginas 39-40), realizado pelos psicólogos Chabris & Simons, cujo livro é homônimo. Basicamente, o experimento é o seguinte: duas equipes de três jogadores, sendo que uma equipe usa a camisa branca e a outra equipe usa a camisa preta, estão passando uma bola entre si (representado na figura 04). Um voluntário deve ser capaz de responder quantas vezes a equipe com a camisa branca passou a bola.

A sacada, no entanto, é que, enquanto o voluntário tenta contar quantas vezes a equipe branca passou a bola, uma pessoa vestida de gorila passa entre os participantes do jogo. Surpreendentemente, o experimento de Chabris & Simons revelou que boa parte dos participantes simplesmente não percebeu o enorme “gorila” que estava bem em suas frentes. Essa constatação levou Chabris & Simons a concluir que comumente endossamos uma grande ilusão, a saber: a de pensarmos que percebemos bem mais do que realmente percebemos.

Por fim, em quarto lugar, o modo como percebemos é formado (*shaped*) pelas nossas práticas socioambientais<sup>29</sup>. O domínio de tais práticas explicaria como somos direcionados às coisas da maneira como somos. Uma boa evidência que suporta essa hipótese é ilustrada pela imagem de um Dálmata (ilustrada na página 41). Para aqueles que não são familiarizados com certos contextos socioculturais, a imagem parece apresentar apenas pontos pretos distribuídos em uma imagem de fundo branco.

No entanto, para aqueles familiarizados, a presença do Dálmata é clara e, o que antes era uma coleção de pontos pretos, agora é uma imagem de um cachorro. Levando em consideração a hipótese de que a percepção é uma função biológica e, por sua vez, básica, somos tentados a nos comprometer com todos esses quatro pontos fundamentais, o que acho convincente.

Portanto, ao contrário do que a teoria representacionalista da percepção postula, o trabalho essencial da percepção não é representar as coisas de tal e tal

---

<sup>29</sup> O que eu entendo por prática pode ser resumido de acordo com o pensamento de Van Den Henrik: “ A practice is a recurrent activity where participants are accountable to rules or criteria, e.g. making promises, playing chess, congratulating someone on their new job, and so on.” (page 01)



forma, mas nos colocar em contato com o nosso ambiente ao nos direcionar aos aspectos do mundo que consideramos relevantes para a nossa própria existência.



**Figura 5:** demonstração do experimento de Chabris & Simons (2001).



**Figura 6:** momento em que aparece o “gorila” entre os jogadores.



**Figura 7:** dálmata escondido sob a forma de pontos pretos. A ideia crucial desta evidência é a de que a percepção é formada pelo domínio das nossas práticas socioculturais. Nessa concepção, a percepção é alcançada através do direcionamento do organismo a certos aspectos do meio ambiente. Perceber é ser direcionado a um alvo específico. Para aqueles não familiarizados com dálmatas, a figura parecerá apenas pontos pretos em um fundo branco, porém para aqueles que já dominam certas práticas socioculturais, a imagem do dálmata se manifestará claramente.

### 3.4

#### **Explicando as ilusões ópticas sob uma perspectiva diferente**

É útil recordar que a disputa principal entre os representacionalistas e os teóricos do não-representacionalismo investigada no presente trabalho consiste precisamente em saber se a percepção é ou não representacionalmente orientada. Por trás deste embate figura a ocorrência das ilusões ópticas como as conhecemos.

Assim, as ilusões ópticas representam o terreno sob o qual todo o debate entre representacionalistas e não-representacionalistas está sedimentado.

*Contra* o representacionalismo, como exemplificado no capítulo anterior, Hutto & Myin (2013; 2017) e Myin (2020 sob revisão) tentaram acomodar as ocorrências das ilusões ópticas sob uma perspectiva não-representacionalista ao realçarem a famosa tese enativista de que percepção e ação são inseparáveis. Tecendo suas concepções a partir da formulação original do enativismo<sup>30</sup>, tais autores concebem a percepção como um “modo de agir”, em vez de um “modo de representar”.

Não é que as representações não figuram como pano de fundo das investigações sobre a percepção. Mas que percepção e representação não são uma e a mesma coisa. Mesmo quando atitudes com conteúdo estão envolvidas no ato perceptivo, é incorreto afirmar, se Hutto & Myin estão corretos, que a própria percepção está representando.

Ecoando um tom noëniano (2004), perceber é, Hutto & Myin afirmam, navegar no mundo e tornar manifesto seus detalhes. Se é verdade que ação e percepção formam um todo inseparável, podemos afirmar que o modo como agimos abre e, simultaneamente, fecha as possibilidades do que podemos perceber.

Indo um pouco além, Myin (2020) sustenta a tese de que pode haver comunicação entre percepção e atitudes representacionais (tais como crenças e juízos, por exemplo). No entanto, na expressão de Myin, não há transubstanciação da natureza da percepção. A simples comunicação entre percepção e atitudes representacionais não altera a percepção que é, se Myin está correto, sempre básica – desprovida de conteúdo.

A ideia subjacente à concepção de Myin é a de que as crenças, estados mentais representacionais e a percepção podem vir separadas. Nos casos em que

---

<sup>30</sup> É vastamente aceito na filosofia da mente que a obra *The Embodied Mind*, de Thompson, Varela e Rosch (1991) é a obra fundadora do enativismo. No entanto, desde a sua publicação, variedades de enativismo surgiram ora complementando ora criticando as pressuposições inicialmente defendidas. Assim, apenas por questões de conhecimento, existem ao menos 04 variedades de enativismo, a saber: (I) o enativismo originalmente defendido em *The Embodied Mind*; (II) o enativismo sensório motor, defendido por Alva Noë (2004 e em trabalhos relacionados); (III) o enativismo radical, defendido por Hutto & Myin (2013; 2017); (IV) o enativismo realmente radical, defendido por Van Den Henrik (2014).

existem crenças perceptuais, Myin diria, tais crenças são originadas a partir da percepção, e não o contrário. Essa posição é justificada uma vez que, para o filósofo, a percepção deve ser entendida como uma função básica da ordem da adaptatividade biológica. Entendida nesses termos, percepção tem mais a ver com adaptação do organismo do que com manipulação de representações.

Se é o caso de que Myin está correto, então, a percepção nos coloca em contato com o ambiente em primeiro lugar e, só após isso, é que seus produtos como crenças e juízos, por exemplo, são originados. Isso nos direciona a uma questão importante: onde deveríamos localizar a origem do erro perceptivo, na própria percepção ou em seus produtos? A minha resposta é: depende do que entendemos por erro perceptivo. Se levarmos em consideração as duas categorias de erro estabelecidas na introdução, teremos duas respostas possíveis.

Por ser compreendida como uma função biológica, de acordo com Hutto & Myin, a percepção sempre seria básica, logo não-representacional. Porém, não podemos negligenciar que pode haver comunicação entre a percepção e seus produtos, como previsto por Myin. Assim, o erro desses produtos se encaixaria na segunda categoria de erros, a saber: erros semânticos.

Quem se depara com uma árvore e proferi o julgamento “A árvore é azul” pode errar se, e somente se, a árvore não é azul. Errar aqui demanda, necessariamente, um domínio mínimo das nossas aptidões linguísticas. O segundo sentido de erro, intrínseco à percepção, seria aquele oriundo do que Hutto & Myin chamam de normatividade biológica, que é sempre não-representacional. Errar seria o equivalente a uma disfunção biológica semelhante àquela em que o nosso estômago secreta alguma substância cuja utilidade será nula para o nosso organismo. Errar é, nesse sentido, uma falha biológica.

Um exemplo muito usado para exemplificar esse segundo tipo de erro é aquele encontrado nos anéis das árvores. Embora os anéis da árvore covariam com a sua idade, é vastamente aceito entre os filósofos que isto não implica dizer que a árvore representa a sua idade. Se, por exemplo, os anéis da árvore não co-variarem com a sua idade, dizemos que houve falha biológica – e não erros semânticos. Graças as suas credenciais naturalistas, a noção de covariação é considerada, por alguns filósofos, o melhor substituto teórico disponível para a representação.

Outro exemplo de falha biológica é aquele exibida pelos sapos quando miram pontos pretos (e, logo, jogam a língua) na esperança de que seja algum alimento nutritivo, no caso, um mosca. Não deveríamos, se Hutto & Myin estão certos, abordar a intencionalidade do sapo em termos de modo de apresentação, mas em termos de direcionamento ao ponto preto. A história onto e filogenética seria suficiente para explicar a intencionalidade do sapo rumo ao ponto preto.

Inspirado por essa segunda categoria de erro, Myin (2020) encaminha o problema das ilusões ópticas, embora de maneira superficial. A solução seria basicamente esta: quando nos deparamos com as ilusões ópticas e não proferimos julgamento sobre elas e mesmo assim o que vemos não corresponde ao que é, então, houve erro perceptivo, porém da ordem biológica. No entanto, quando nos deparamos com as ilusões ópticas e proferimos algum julgamento acerca delas, então, houve, novamente, erro durante a percepção, oriundo da nossa normatividade semântica.

Na dinâmica de realocização da origem dos erros perceptivos, Myin sustenta que nem todo erro é representacional e, em virtude disso, as ilusões ópticas não se apresentam como um obstáculo intransponível para os teóricos do não-representacionalismo, em especial a variedade sustentada por ele.

Apesar de distinguir entre essas duas categorias de erro e de atribuir somente uma a percepção, ainda fica sem resposta a nossa persistente intuição: como podemos errar durante a percepção? Para responder a essa pergunta, Myin, assim como Hutto & Myin (2013; 2017) apela para a história filo e ontogenética de engajamentos dos organismos com seus ambientes. Conforme a visão clarkiana de percepção (2015 a), Hutto & Myin (2017) nos asseguram que a nossa história prévia de interações com o ambiente explica o porquê, como e o que percebemos.

A fim de sedimentar bases estáveis para sua teoria, Hutto & Myin apresentam a hipótese do mundo do carpinteiro<sup>31</sup>. Essa hipótese prediz, dentre

---

<sup>31</sup> De acordo com o *Oxford Dictionary*, a hipótese do mundo do carpinteiro é assim definida: “The built environment of industrial societies, containing numerous artefacts (1) constructed from straight lines and right angles. The absence of such objects in tribal cultures of sub-Saharan Africa was put forward in 1967 by the South African psychologist William Hudson (born 1914) as an explanation for the apparent inability of tribal Africans to interpret linear perspective in pictorial depth perception and their relative lack of susceptibility to the Müller-Lyer illusion and related visual illusions, this notion being called the *carpentered-world hypothesis*”.

outras coisas, que a famosa ilusão de Müller-Lyer deve ser culturalmente entendida. Partindo dos dados advindos dos testes empíricos de Segall et al (1965), nossos autores sugerem que a suscetibilidade à ilusão de Müller-Lyer é devida mais às configurações do nosso ambiente do que às representações que carregamos no nosso cérebro. Contudo, em virtude da grande variedade de ilusões ópticas, como vimos brevemente no capítulo anterior, a concepção de erro enquanto falha biológica poderia acomodar os casos em que não conseguimos encaminhar ao apelar exclusivamente para a nossa história social de engajamento com o meio.

É interessante notar que apesar de algumas diferenças, a posição controversa de Charles Travis (2004) é em alguns detalhes parecida com a proposta de Myin (2020). Enquanto que, para Myin, a percepção é ativa, corporificada, direcionada às coisas (e não sobre as coisas, como é defendido pelos representacionistas) e sempre básica, isto é, não representa, para Travis (2004):

a percepção simplesmente coloca nosso entorno à vista; nos confronta com o que existe [...]. Isso nos torna conscientes, até certo ponto, das coisas (à nossa volta) sendo como são ... *A percepção não pode apresentar as coisas como sendo outras que são. Não pode apresentar de alguma maneira que as coisas não são como são.* Isso não seria mero confronto. Portanto, não pode representar nada como isso. A representação, por natureza, é suscetível de ser daquilo que não é assim. (TRAVIS, 2004, 65 ênfases minhas)

Na tentativa de acomodar casos desafiadores da experiência perceptual, Travis (2004) apela para os nossos julgamentos errôneos. Para ele, “a percepção me leva a desviar-me apenas onde *julgo* erroneamente, deixando de entender o que confronto pelo que é.”<sup>32</sup> (ibid). Ao apelar para os nossos julgamentos a fim de justificar o erro na percepção, Travis revive uma antiga ideia de que a nossa percepção nunca erra, dado que a percepção se dá numa relação direta entre organismo e seu ambiente.

Apesar de animadora, a proposta de Travis (2004), quando vista isoladamente, não nos dá muitas razões para aceitá-la e, muito menos, para

<sup>32</sup> “Perception leads me astray only where I judge erroneously, failing to make out what I confront for what it is.” (Ibid)

explicar a origem do erro na percepção. Ademais, a concepção de percepção atribuída a Travis (2004) é um pouco divergente quando comparada àquela de Hutto & Myin.

Travis defende que a percepção apresenta o mundo ao nosso redor. Essa ideia pode nos levar a acreditar que aquilo que vemos acontece de maneira passiva. Não é que a percepção nos apresenta o mundo, mas é ela que nos coloca em contato com este de forma que, a depender de como interagimos com e no mundo, podemos perceber tais e tais traços em detrimento de outros aspectos. Essa pequena, porém impactante diferença, nos leva a radicalizar a tese de Travis ao passo que se alinha à perspectiva não-representacionista de Myin (2020, sob revisão).

Levando isso em consideração, a percepção manifesta o mundo graças ao nosso acoplamento sensorio motor com ele. Nesse sentido, a percepção não é “presentacional” nem algo construído (o que nos comprometeria com alguma espécie de idealismo). Antes, a percepção é *constituída* (no sentido fenomenológico) através da nossa dinâmica com o mundo. Longe de apresentar os aspectos do mundo, a percepção constitui tais aspectos. Quando aliada a proposta de que a percepção é uma função básica da ordem da adaptatividade biológica, o anti-representacionismo de Travis (2004) é mais atraente e robusto.

Em suma, embora eu defenda que o não-representacionismo consegue lidar bem com os mesmos problemas enfrentados pelos representacionistas, eu não estou disposto a aceitar uma tese geral de que todas as variedades de não-representacionismo são adequadas para explicar a percepção. Neste trabalho eu sustentarei apenas uma variedade específica baseada em germes da filosofia de Hutto & Myin com a ajuda de algumas pressuposições teóricas da proposta de Van Den Henrik (2014).

### 3.5

#### **Acomodando casos de percepção multimodal**

Como vimos no capítulo anterior, casos de percepção multimodal são muito comuns. Por serem muito comuns, elas são, assim como as ilusões ópticas, bons alvos por parte dos teóricos do representacionista. Diz-se que uma percepção é multimodal quando existe a comunicação de ao menos duas



modalidades sensoriais. Uma vez que existem informações advindas de várias modalidades, existe a possibilidade de que uma modalidade domine ou, ao menos, influencie a outra.

Como uma teoria que dispensa a representação poderia acomodar tais casos? Nesta subseção tentarei encaminhar esta questão. Antes, vamos revisitar o famoso experimento de Shams et al (2001) e seus resultados.

Como vimos no capítulo anterior, os resultados obtidos com o experimento são surpreendentes: quando confrontados apenas com um beep, ou apenas com o flash, os voluntários no experimento acertavam a quantidade de flashes. Porém, quando confrontados com mais de um beep, a taxa de acertos caía drasticamente. Quanto mais beeps eram apresentados, mais a taxa de erros aumentava. Em virtude disso, Shams et al (2001) argumentam que as evidências nos levam a crer que a audição influenciou a visão de maneira significativa.

Para autores como Nanay, por exemplo, o experimento mencionado traz consequências filosóficas importantes para uma teoria da percepção. Para o filósofo, casos de percepção multimodal sugerem que a percepção opera representacionalmente, haja vista que a percepção multimodal parece demandar a união de, ao menos, duas representações – como, por exemplo, uma auditiva e uma visual (cf. Nanay, seção III, pp.7-9).

Não obstante a intuição de Nanay a respeito das consequências do experimento de Shams et al, alguns filósofos não se contentaram com a sua confiança ao sustentar uma visão representacionista da percepção tendo como base evidências empíricas, como é o caso do nosso experimento. Em *Evolving Enactivism*, Hutto & Myin (2017) retrucam a posição de Nanay (2014) quanto à necessidade da postulação de representações para a percepção multimodal. Para nossos autores, a maneira correta de interpretar os resultados do experimento em questão talvez seja diferente daquela proposta por Nanay.

Coerente com o seu projeto não-representacionista de mente, Hutto & Myin (2017) ressaltam que a percepção deve ser entendida em termos de funcionalidade biológica e, por consequência, em termos de adaptatividade. A ideia crucial aqui é a de que a percepção nos coloca em contato com o mundo ao agirmos (tese semelhante àquela proposta por Travis 2004). Ação e percepção são

intrinsecamente inseparáveis. Antes de representar, eles sustentam, nós agimos no, e com o mundo.

Se a proposta de Hutto & Myin soa palatável, então, devemos pensar a percepção multimodal como adaptativa para o organismo, haja vista que a habilidade do organismo de ouvir e ver ao mesmo tempo o faz se tornar mais propenso a sobreviver e a reproduzir. Também devemos ser capazes de nos colocar do lado extremo dessa posição. Se aceitamos que a percepção multimodal deve ser vista como adaptativa para o organismo, devemos também aceitar que ela, quando defeituosa, pode se tornar extremamente danosa ao organismo.

Não é difícil de imaginar esse cenário. Para tal devemos apenas ser capazes de aceitar que se algo é adaptativo para o organismo, no caso a percepção multimodal, a mesma coisa pode ser perigosa a sua existência, caso apresente falhas – como no caso em que uma modalidade sensorial altera o que a outra modalidade sensorial quer transmitir. Consideremos, por exemplo, o funcionamento do coração humano. O correto funcionamento deste órgão é, sem sombras de dúvidas, adaptativo para a sobrevivência do ser humano.

Porém, quando há uma desorganização dos batimentos cardíacos para cima (taquicardia) ou uma desorganização para baixo (bradicardia), aquilo que era adaptativo para o ser humano passa a ser ligeiramente mortal à sua existência. Assim, a disfunção de uma função adaptativa, independente do fator causador, constitui uma anomalia prejudicial ao próprio organismo. O que vale para o funcionamento do coração vale também para casos de percepção multimodal, uma vez que estamos tratando de duas funções adaptativas para os organismos.

Se quisermos explicar como somos propícios a nos iludir quando apresentados aos experimentos de Shams et al (2001), devemos apelar para a nossa história onto e filogenética. Se quisermos, também, explicar como e quais as vantagens da percepção multimodal, devemos também levar em consideração a nossa longa e prévia história de interação com o meio. Ademais, devemos levar em conta a nossa história sociocultural, haja vista que a cultura é uma das características marcantes da história da humanidade.

Após levarmos em consideração as contribuições das nossas histórias de engajamento com o mundo, o que esperamos é, na visão de Hutto & Myin, um

relato mais completo e de cunho não-representacional para a percepção. O que ganhamos ao pensarmos a percepção de um ponto de vista biológico é muito mais significativo e profundo do que apenas uma disputa entre representacionalista, de um lado, e anti-representacionalista, por outro. O que ganhamos é um novo paradigma e a configuração de uma nova agenda de pesquisas interdisciplinares.

Nessa nova agenda, as evidências de Shams et al (2001) não nos mostram que a percepção é representacional, mas que os organismos (nesse caso, seres humanos) são habilidosos na medida em que conseguem alinhar suas demandas às ofertas do mundo através da exploração das suas habilidades sensório-motoras. Portanto, uma vez que os organismos lutam pela sobrevivência em um ambiente, que pode ser muitas vezes hostil à sua existência, é indispensável que os organismos consigam ser capazes de perceber o mundo através das várias modalidades sensoriais.

Encaminhando as ilusões ópticas e casos de percepção multimodal sob um novo viés, a perspectiva não-representacionalista consegue se apresentar como uma opção viável para teorizar a percepção. Longe de constituírem um problema para os anti-representacionalistas, ao menos para alguns, as evidências suscitadas pelos representacionalistas não devem ser considerados problemas insuperáveis para uma teoria não-representacionalista da percepção.

### **3.6**

#### **Problemas e perspectivas**

Embora o não-representacionalismo apresente uma proposta de relato que acomoda os casos de ilusões ópticas e casos de percepção multimodal, devemos estar cientes de que precisamos de uma abordagem um pouco mais positiva a fim de que possamos sugerir uma proposta mais articulada em seus detalhes.

Eu concordo, obviamente, com certas restrições, que a proposta não-representacionalista de Hutto & Myin é pouco positiva (Cf. Thompson, 2018) e não tão radical (uma vez que sua radicalidade se direciona apenas às mentes básicas) e pobre em detalhes fundamentais (Cf. Van Den Henrik, 2014). Porém, eu acredito que a variedade não-representacionalista endereçada por eles lançam

alguma luz sobre a definição de percepção. Se, por um lado, suas propostas são animadoras, por outro não são fundamentadas o suficiente.

Diante disso, a minha proposta é que a aplicação das ideias basilares do não-representacionalismo de Hutto & Myin à formas de engajamentos mediados pela linguagem configura um avanço para o nosso estudo sobre a percepção, em particular, e sobre a cognição, no geral. Para tal, precisaríamos reconceber o que é linguagem e como ela funciona na prática.

Germes dessa possível abordagem pode ser encontrada, eu insisto, no seminal trabalho de Van Den Henrik (2014; 2019). Seu trabalho é fundamental para a presente dissertação por dois motivos: (1) ele nos mostra que a abordagem não-representacionista promovida por Hutto & Myin (2013; 2017) não é radical o suficiente; (2) seu trabalho nos alerta que precisamos de um bom relato acerca de como o uso da linguagem funciona na prática (ao mediar as nossas interações no mundo) para que possamos endossar uma teoria verdadeiramente não-representacionista para a percepção.

Embora a proposta inicial de Van Den Henrik tenha sido usar os pressupostos basilares da teoria de Hutto & Myin (2013) e aplicá-los a domínios considerados “representacionais” como, por exemplo, discursos e conversas cotidianas, acredito que seu trabalho não intentou ser uma aplicação universal para todos os processos cognitivos.

Tendo em vista essas “lacunas” deixadas por Van Den Henrik, eu argumentarei no próximo capítulo em favor de uma abordagem não-representacionista radical que, penso, poderia nos ajudar a compreender melhor a percepção e encaminhar bem as objeções aqui suscitadas.

No entanto, é importante observar que, embora eu sustente que a proposta de Van Den Henrik seja mais fundamental àquela oferecida por Hutto & Myin (2013; 2017) e mais completa do que a proposta representacionista (uma vez que pretende ampliar a radicalidade da proposta de Hutto & Myin), a minha versão de não-representacionalismo se beneficia de ambas as propostas. Nesse sentido, ambas as propostas são mais complementares do que incompatíveis *stricto sensu*, como tentarei apresentar no próximo capítulo.

Finalmente, vale a pena recapitular os principais resultados alcançados neste capítulo. *Contra* o representacionalismo, Hutto & Myin argumentam em vários trabalhos que a percepção é uma função básica da ordem da adaptatividade biológica e que, por sua vez, é desprovida de conteúdo representacional, como definido nas seções anteriores. Dado o caráter unificador da proposta de Hutto & Myin (2017) e Myin (2020, sob revisão), o apelo às nossas interações com o mundo e à nossa história onto e filogenética se tornaria indispensável.

Semelhante à proposta de Hutto & Myin, Travis (2004) endossa uma variedade de não-representacionalismo radical ao defender que a percepção nos coloca em confronto com o mundo e, por sua vez, não representa, dado que a percepção não pode apresentar as coisas como não sendo. Casos de ilusão são provenientes, se Travis está certo, dos nossos “julgamentos errôneos”. A meu ver, a perspectiva de Travis é animadora, porém, pouco fundamentada. Infelizmente, a proposta de Travis não leva em conta a complexidade das ilusões ópticas.

Apesar da proposta dos julgamentos errôneos ser interessante, ela não consegue dar conta de casos em que nos iludimos na ausência de julgamentos. Este é precisamente o ponto de Campbell (2014), como vimos no capítulo anterior. Mesmo sabendo que as retas da ilusão de Müller Lyer são idênticas em tamanho, nós, ocidentais, continuamos a enxergar as retas como se fossem desiguais. Nessa situação, simplesmente não existem julgamentos errados de qualquer tipo, pois sabemos que as retas são desiguais.

Ao desconsiderar esse aspecto desafiador das ilusões ópticas, a iniciativa de Travis é pouco fundamentada e o seu não-representacionalismo pouco nos ajuda. Porém, quando aliada à proposta de Hutto & Myin, ela se torna sofisticada e, por consequência, aumenta seu potencial de geração de novas hipóteses.

Quando aliada à proposta de Hutto & Myin, a “teoria” de Van Den Henrik nos apresenta uma forma mais robusta (devo falar mais sobre isso no próximo capítulo) de não-representacionalismo radical para a percepção. Longe de serem incompatíveis em seus detalhes, a proposta de Van Den Henrik e de Hutto & Myin devem ser mutuamente informadas a fim de que possamos melhor entender como a percepção opera.

## 4

### **Não-representacionalismo radical: sobre como devemos relatar a percepção**

Até aqui vimos que o representacionalismo na filosofia da percepção, tese de que a principal função da percepção é representar, é defendido por alguns filósofos por diversas razões. Para Campbell (2014), a percepção é representacional por que, ao percebermos, as coisas nos são dadas sob tal e tal maneira. Para Shamoradi (2010) e Schellenberg (2012), a percepção é representacional por que é assim que o nosso sistema visual funciona. Para Nanay (2014), a percepção é representacional por que é isso o que as evidências empíricas nos mostram.

Assumindo uma posição contrária, Hutto & Myin (2013; 2017) asseguram que a maior parte dos nossos processos cognitivos opera de maneira não-representacional, isto é, dispensa o uso ou manipulação de representações – veículos mentais que carregam conteúdo como valor de verdade, condições de verdade e condições de correção. Travis (2014) é ainda mais categórico. Para ele a percepção é não-representacional, pois ela nada diz, nada nega, nada afirma.

Em face disso, dedicarei este capítulo para desenvolver uma sugestão de proposta não-representacionista ainda mais radical em seus detalhes. Inspirado por alguns *insights* da proposta seminal de Van Den Henrik divulgada inicialmente em 2014 e melhorada em 2019, eu analiso uma abordagem mais geral e mais radical de não-representacionalismo para a percepção.

A perspectiva de Van Den Henrik, apesar de apresentar diferenças notáveis em sua fundamentação teórica em relação as formas tradicionais de não-representacionalismo, é mais útil e mais robusta para os nossos propósitos quando complementada com alguns aspectos das demais teorias que dispensam a centralidade da representação na cognição.

#### 4.1

#### **Sobre o não-representacionalismo radical de Van Den Henrik**

Historicamente, as raízes do não-representacionalismo que eu desenvolvo aqui podem ser encontradas nas formulações originais do enativismo radical,

promovido vastamente por D. Hutto & E. Myin (2013; 2017) e nas formulações iniciais do enativismo realmente radical de Van Den Henrik (2014).

Apesar da proposta de Van Den Henrik ser apresentada como sendo mais radical em suas pressuposições teóricas, uma vez que para ele boa parte dos processos mentais mediados pelo processamento da linguagem não são representacionais *stricto sensu*, a minha variedade de não-representacionalismo se beneficia não apenas das lições de Van Den Henrik, mas é influenciada em grande parte pelas ideias basilares do enativismo radical (para um resumo sobre o enativismo radical, *vide* capítulo 03).

Assim, a construção do não-representacionalismo aqui endossado é o resultado da contribuição frutífera de ambas as abordagens. A princípio, tal contribuição poderia ser vista como sendo impossível, já que as propostas parecem se apresentar como sendo mutuamente excludentes. Porém, se levarmos em consideração que Van Den Henrik defende que boa parte dos processos mentais mediados pelo uso da linguagem são essencialmente não-representacionais e que Hutto & Myin reconhecem que seus trabalhos anteriores deram a entender (erroneamente) que onde há manipulação de linguagem há representação, é possível traçar essa possível relação colaborativa entre ambas as teorias.

A vertente que eu encaminho aqui se faz necessária pelo seguinte motivo: teorizar a percepção do ponto de vista de Hutto & Myin apenas nos dá um relato especulativo das condições de possibilidade para a percepção. Hutto & Myin não nos lega uma explicação de como o uso da linguagem seria relevante para a aquisição do conteúdo representacional por parte dos estados mentais.

Teorizar a percepção exclusivamente do ponto de vista de Van Den Henrik seria teoricamente inviável, uma vez que boa parte do arsenal da proposta de Van Den Henrik é oriundo da proposta inicial feita por Hutto & Myin. Tendo, portanto, como seu objetivo ampliar os domínios de aplicação das ideias basilares de Hutto & Myin.

Ao promover a minha variedade de não-representacionalismo, sustento que percepção é melhor entendida (em todos os níveis) em termos de adaptação do organismo ao seu ambiente do que em termos de manipulação de

representação. Em um slogan: percepção é uma função básica da ordem da normatividade biológica. Nessa mesma perspectiva, eu defenderei, em concordância com Van Den Henrik, que, mesmo quando a percepção é envolvida por atitudes representacionais, a percepção permanece não-representacional. E por que não? Justamente por que ao apreciarmos a visão aqui promovida nós somos convidados a mudar o modo como pensamos sobre o uso da linguagem durante nossos engajamentos cotidianos.

Assim como na proposta de Hutto & Myin, para Van Den Henrik o uso da linguagem é importante para explicar a lacuna explanatória entre cognição sem conteúdo e cognição com conteúdo. Porém, a maneira como usamos a linguagem (na prática) tem mais a ver com coordenação do comportamento social do que manipulações de representações em nossas cabeças. O uso da linguagem serviria (dentre outras coisas) para restringir o que podemos, ou não, fazer.

Por fim, vale destacar que o não-representacionalismo radical não é apenas uma compilação das ideias positivas de ambas as visões apresentadas aqui. Indo além, a minha proposta pretende ser mais geral e mais crítica do que as suas antecessoras ao maximizar o potencial de explicação e de geração de novas hipóteses do não-representacionalismo para casos paradigmáticos de cognição linguística que, até então, foram considerados representacionais. A ideia central, portanto, é propor uma sugestão teórica que seja mais ampla, geral e mais robusta.

## 4.2

### A principal função da linguagem

No cerne do debate entre o enativismo radical (proposto vastamente por Hutto & Myin) e o enativismo realmente radical (proposto por Van Den Henrik) figura a importante disputa pela natureza precisa da linguagem. Dada a imensa variedade de habilidades cognitivas que envolvem a manipulação de linguagem, a pergunta que se faz pertinente é: as teorias tradicionais anti-representacionistas conseguem acomodar casos de cognição que envolvem linguagem, como, por exemplo, discursos, pensamentos ou até mesmo interpretações de textos? Para o anti-representacionalismo de Hutto & Myin, a resposta seria negativa.



Porém, para a versão de anti-representacionalismo endossada por Van Den Henrik, a resposta seria positiva – sendo justamente nesse ponto que a proposta dele traz consequências revolucionárias para uma abordagem não-representacional para a percepção. Como uma consequência da resposta de Van Den Henrik, repensar o que é cognição demanda que repensemos o que é linguagem e como ela funciona nas nossas práticas cotidianas.

A razão pela qual a resposta seria negativa, no caso de Hutto & Myin (2013; 2017), é justificada pela imprecisão que os autores demonstram ao definir o que é linguagem aliada da ideia de que a divisão clara entre mente básica (*basic mind*) e mente com conteúdo (*contentful mind*), isto é, casos de cognição que envolve linguagem, pressupõe que onde há linguagem há manipulação de conteúdo representacional (para uma análise do comprometimento de Hutto & Myin, *vide* seção 3.1 do capítulo anterior).

Eis onde o problema realmente surge: apesar de interessante, a radicalidade do projeto anti-representacionista da mente, como pensado por Hutto & Myin, acomodaria apenas casos básicos de cognição, deixando de fora, portanto, casos mais sofisticados, como aqueles que só são possíveis com e através da aquisição, e manipulação, da linguagem. Em virtude da reconcepção da natureza da linguagem, a abordagem anti-representacionista de Van Den Henrik abre novas portas e, com isso, consegue expandir a abordagem anti-representacionista de Hutto & Myin e, conseqüentemente, acomodar casos de cognição linguística.

Para ele, “em vez de representar o mundo, a função primária da linguagem é *fazer* coisas com palavras”<sup>33</sup> (Van Den Henrik, ênfases originais, p.v, tradução nossa). Ademais, ele sustenta, o papel da linguagem não é outro senão “coordenar comportamento”<sup>34</sup> (ibid, p.vi, tradução nossa). A ideia chave aqui é a de que falar funciona como uma extensão do comportamento social dos seres humanos. Linguagem, entretanto, é uma ferramenta pela qual somos capazes de adquirir mais possibilidades para ações no mundo.

<sup>33</sup> “Rather than representing the world, the primary function of language is doing things with words”. (Van Den Henrik, ênfases originais, p. v)

<sup>34</sup> “But to coordinate behaviour”. (ibid, p. vi)

Longe de ser abstraída do contexto de interações dos organismos, a linguagem pode ser vista como uma extensão do nosso próprio corpo, sendo precisamente nisso que podemos falar de extensão do nosso comportamento social. Assim, como é através do seu cano que o deficiente visual consegue se direcionar as coisas, é através do uso da linguagem que ampliamos as nossas possibilidade de interações com o meio.

Apesar de desvendar um novo horizonte de possibilidades de engajamentos com o ambiente, a linguagem pode, e deve, ser entendida sob um ponto de vista não-representacional. Se classificarmos a linguagem como uma das nossas múltiplas habilidades que possuímos e desenvolvemos ao longo da nossa existência, tais como respirar, andar e correr, por exemplo, não existem boas razões para crermos que devemos postular a existência do conteúdo representacional para todos os usos de linguagem.

Além disso, seremos capazes de pensar a linguagem em termos corpóreos, mundanos e extensivos. Para que tudo isso faça sentido é imprescindível distinguir dois modos de “agir linguisticamente”: o primeiro é pensar a linguagem enquanto uma ferramenta. A segunda é pensar a linguagem enquanto análise de si mesma, ou seja, metalinguagem. A maior parte dos nossos engajamentos linguísticos pressupõe, eu insisto, a primeira noção de linguagem.

No primeiro modo de se pensar, a linguagem funciona como uma extensão do comportamento humano, pois é através dela que somos capazes de performar atividades mais complexas, sem a qual não seríamos capazes de nos imaginar praticando tais atividades.

No segundo modo de pensar, a linguagem seria uma ferramenta que nos ajudaria a decodificar a própria linguagem. Um caso típico dessa “decodificação” é aquele exibido quando queremos saber o que uma palavra significa, qual a sua origem etimológica e qual a sua estrutura sintática, por exemplo.

Considerando que a maior parte dos nossos engajamentos através da linguagem simplesmente pressupõe o uso da linguagem enquanto uma ferramenta que estende o nosso comportamento e que, nas nossas práticas, o que realmente importa é o segundo uso de linguagem, é possível concluir que a manipulação de representações não se impõe como uma necessidade. Isso nos permite sustentar

que há esperança de que o anti-representacionalismo de Van Den Henrik consiga acomodar mais casos de cognição do que as teorias anti-representacionistas antecessoras.

Expandindo essa concepção, poderíamos defender que, ao passar do período pré-linguístico para o período linguístico, a criança não aumentou a sua capacidade de representar o seu mundo de um modo avaliável em termos de verdade ou falsidade. O que aconteceu é que agora, com a posse da linguagem, a criança potencializou as suas possibilidades de interação com o mundo, rompendo, assim, antigas barreiras impostas pela falta do domínio da linguagem.

Vista nesses termos, a linguagem se apresenta como um processo cognitivo intrínseco à nossa natureza humana acoplada à dinâmica interativa com e no mundo (eu devo falar mais sobre o caráter intrínseco da linguagem à natureza humana). Linguagem seria melhor entendida, poder-se-ia pensar, enquanto uma extensão do nosso comportamento que nos permite estar melhor adaptados em um mundo culturalmente constituído.

Assim como ter a capacidade de sentir dor perante a ferimentos fez a nossa espécie ser capaz de sobreviver ao longo da história, o domínio da linguagem nos possibilita adentrar em um ambiente regido por regras, convenções e tradições.

#### **4.3**

#### **Linguagem e o modo de ser-no-mundo**

Na seção anterior, afirmei que a linguagem é uma característica intrínseca dos seres humanos. Embora acredite que seja verdade, não entendo que os seres humanos sejam mais importantes de infinitas maneiras respeitáveis. Na verdade, argumento, seguindo Cuffari et al (2015), que a linguagem é um modo de vida (pelo menos para nós). Se esse aspecto é único para nós, não tenho certeza. Mas, desvendar esse mistério não é a minha preocupação no presente trabalho.

Ao explicar a linguagem, uma versão não representacionista da percepção (baseada no enativismo) nos diz que a linguagem não está separada do nosso corpo, mundo e cérebro. De fato, a linguagem surge graças ao nosso fechamento operacional com o mundo. Surge e é desenvolvida por nossa natureza. A percepção é, de maneira notável, semelhante à linguagem. A percepção nos

coloca em contato com o mundo. A linguagem, portanto, nos coloca em contato com o mundo de uma maneira mais refinada.

Para ser mais claro, a linguagem é uma ferramenta que nos direciona à aspectos mundanos que não estão disponíveis à nós nos estágios pré-linguísticos. A linguagem aqui não deve ser entendida apenas como escrever, falar, mas uma maneira mais complexa de agir no mundo. Se assumirmos que nosso relacionamento com o mundo é mais fundamental do que apenas focar em representações, então, não é difícil presumir que a linguagem faz parte do nosso próprio modo de viver.

Em vez de representar o mundo de várias maneiras, a linguagem nos ajuda a manifestar o mundo. À medida que crescemos, aprendemos, graças à linguagem, como agir no mundo. É difícil, por exemplo, imaginar como poderia ser possível sermos uma parte ativa de um mundo social e culturalmente desenvolvido sem o domínio da linguagem. Ao nascermos, somos apresentados à um ambiente configurados por inúmeras regras e normas socioculturais. Interpretando a posição de Van Den Henrik, poderíamos dizer que o domínio do uso da linguagem nos ajuda a participar (ativamente) desse ambiente.

Uma questão interessante que surge é: a linguagem seria o elemento essencial que nos distinguiria de outros primatas? Infelizmente, ainda não tenho uma resposta fechada sobre esse assunto. Porém, a real questão talvez não deveria ser apenas a posse da linguagem, mas: outros primatas conseguem fazer coisas (como nós) usando a linguagem?

Só podemos apreciar essa visão se abordarmos uma variedade de não-representacionalismo que não isola a cultura, a biologia e o meio ambiente. Ao contemplar tudo isso, nossa abordagem, baseada no enativismo, promete destravar um novo nível de sofisticação ao lidar com problemas clássicos.

#### **4.4**

#### **Erro biológico e linguagem-como-ferramenta: dois ingredientes fundamentais**

Como insisti em alguns lugares do presente trabalho, devemos lidar com duas categorias de erro perceptual se quisermos defender uma variedade radical de

não-representacionalismo sem lacunas explanatórias. Longe de ser aleatória, a distinção entre erro semântico e erro biológico é chave para a nossa discussão.

Em concordância com Tyler Burge (2010, p. 301), Van Den Henrik (2019) defende que há “uma incompatibilidade crucial entre erro representacional e falha da função biológica.”<sup>35</sup>. Reforçando sua posição, Van Den Henrik (2019) afirma que:

“As funções biológicas podem falhar em cumprir sua função. O coelho pode fugir de algo que não é uma raposa, ou falhar em fugir de uma raposa. Nestes casos, alguns dos estados internos do coelho pode ser o mesmo de quando ele estava fugindo de uma raposa. No entanto, nada disso mostra que o coelho representa alguma coisa, corretamente ou incorretamente.” (VAN DEN HENRIK, 2019, 15)<sup>36</sup>

Quando aliadas, a noção de erro biológico e a de linguagem-como-ferramenta se apresentam como dois ingredientes fundamentais para uma teoria verdadeiramente não-representacional para a percepção. Longe de representar, a própria percepção é sempre básica e uma função biológica (Hutto & Myin) do organismo.

Em vista disso, as duas importantes iniciativas, senão as mais importantes, de Hutto & Myin (principalmente após 2017) e Van Den Henrik (2014; 2019) consistem na reformulação do que significa erro perceptivo e de como a linguagem funciona na prática. Tais iniciativas nos ajudam a sustentar uma variedade mais radical de não-representacionalismo para a percepção.

Ao repensar a maneira pela qual a linguagem funciona e distinguir os tipos de erros perceptuais, a proposta de uma variedade radical de não-representacionalismo ganha força e, indo além não apenas das propostas representacionalistas, mas também de propostas consideradas

<sup>35</sup> “a root mismatch between representational error and failure of biological function” (BURGUE, 2010, p. 301 *Apud* Van Den Henrik, 2019)

<sup>36</sup> “Biological functions can fail to fulfil their function. The rabbit might flee from something that is not a fox, or fail to flee from a fox. In these cases, some of the internal states of the rabbit might be the same as when it was fleeing from a fox. However, none of this shows that the rabbit represents anything, correctly or incorrectly.” (VAN DEN HENRIK, 2019, 15)

não-representacionalistas (como, por exemplo, a proposta de Travis 2004<sup>37</sup>), conseguimos explicar o motivo pelo qual as ilusões ópticas não se apresentam como um problema teórico insuperável para o não-representacionalista.

É importante destacar que teorizar a percepção enquanto função biológica nos ajuda a encaminhar, se é o caso de que Hutto & Myin estão corretos, o famoso problema duro do conteúdo. Para Hutto & Myin (2014), “apelar a noções sem conteúdo cientificamente respeitáveis de informação-covariação e às normas de funcionalidade biológica oferece tudo que é exigido para compreender mentes básicas” (2014, p. 17)<sup>38</sup>.

Servindo como substituto teórico para os casos básicos que dispensam representação, pensar a percepção enquanto uma função biológica nos ajuda a explicar por que e como chegamos a casos em que nos iludimos, como é o caso da ilusões ópticas. Na próxima seção, devo falar mais sobre as ilusões ópticas dentro dessa variedade mais radical de não-representacionalismo.

O tipo de normatividade em jogo, ao apelarmos para a funcionalidade biológica da mente, é, como previmos, oriundo da normatividade biológica. Esse tipo de normatividade nos permite concluir que, dentre outras coisas, “ela implica que as respostas orgânicas podem estar desalinhadas em relação a certas características do mundo que elas visam - o tipo de normatividade fornecida fica bem longe do necessário para explicar como um organismo passa a ter conteúdo mental com condições de verdade especificadas” (Hutto & Myin, 2014, 19-20)<sup>39</sup>.

Embora estejamos falando de um tipo de normatividade, a normatividade biológica não é adequada para explicar como os processos mentais do organismo passa a portar conteúdo representacional, se é o caso de que a defesa de Hutto &

---

<sup>37</sup> É importante ter em mente que a proposta de Travis (2004) é bem parecida com a proposta de Van Den Henrik, como aponte em alguns lugares deste trabalho. Porém, acredito que Travis deixa várias questões em aberto como, por exemplo, a de como sustentar casos em que sabemos que o que vemos não é o caso, mas continuamos a perceber as coisas como elas não são. Nesse sentido, a proposta de Travis é menos interessante do que a posição de Van Den Henrik.

<sup>38</sup> “Appeal to scientifically respectable contentless notions of information-as-covariance and the norms of biological functionality offer all that is needed for understanding basic minds” (HUTTO & MYIN, 2014, p. 17)

<sup>39</sup> “It implies that organismic responses can be misaligned with respect to certain features of the world that they target – the kind of normativity supplied falls a good distance short of what is required to explain how an organism comes to have mental contents with specified truth conditions.” (Hutto & Myin, 2014, 19-20)

Myin soa palatável. Contudo, nem tudo está perdido. Se levarmos a sério que as respostas do organismo podem estar desalinhadas com as ofertas do mundo que ele visa, então, é possível concluir que a normatividade biológica pode explicar como nos iludimos (perceptualmente). Isso nos permitiria concluir, sem criar exageros, que a ilusão (erro perceptual) é muito mais básica do que podemos pensar. Assim, podemos falar claramente de erro perceptual em um nível inferior do que aquele da ordem semântica.

A grande sacada seria a de que teríamos um relato coerente sobre a natureza da percepção. A ideia crucial seria a de que assim como os organismos podem estar desalinhados com as ofertas do mundo, nós podemos, no mesmo sentido, estar desalinhados com as ilusões ópticas. Assim, conseguiríamos manter intacta a ideia de que a percepção é uma função biológica e, como tal, sempre básica.

Por se tratar de um processo acoplado e constituído no mundo, a percepção poderia, penso, se beneficiar da postulação da normatividade semântica. Tal tipo de normatividade seria útil quando estivéssemos interessados em tentar desvendar a natureza dos produtos da percepção, que são, por sua vez, baseados nela!

Portanto, além de encaminhar o problema duro do conteúdo, pensar a percepção em termos biológicos nos ajuda a fazer um relato sem lacunas, ou ao menos com poucas lacunas, sobre como podemos errar durante a percepção e, conseqüentemente, nos iludir. Do outro lado, temos a importante noção de linguagem enquanto uma ferramenta. Em que sentido semelhante noção nos seria útil?

Sua utilidade, como a penso, consiste fundamentalmente na cooperação de um relato mais robusto para a percepção. Levando em consideração que a teoria não-representacional de Hutto & Myin carece de uma fundamentação teórica para a linguagem, ficamos com um relato da percepção apenas no nível básico, que não envolve manipulação de linguagem. Assim, uma vez que tomemos partido da noção de linguagem enquanto uma ferramenta, nós seremos capazes de explicar a origem do conteúdo sob uma perspectiva naturalista.

Somado a isso, seremos capazes também de preservar a natureza biológica, e não-representacional, da percepção. Assim, esses dois ingredientes se

tornam fundamentais para a descrição de percepção que quero promover aqui: a percepção é uma função biológica não-representacional que nos coloca em contato com o nosso entorno.

Uma vez que esses dois ingredientes sejam devidamente analisados e misturados na história da nossa variedade radical de não-representacionalismo, estaremos em uma posição para justificar que a famosa ideia de que a mente “representa e computa” (Branquinho 2001, xv)<sup>40</sup> não é intuitivamente justificada. Temos, como resumirei na próxima seção, boas razões para acreditar que o não-representacionalismo radical é mais robusto e mais apropriado para explicar o que é a percepção do que qualquer teoria tradicional na filosofia da mente.

#### 4.5

#### **Não-representacionalismo radical e problemas tradicionais**

Como mencionei na seção anterior, o não-representacionalismo, quando examinado em seus detalhes, se apresenta como uma teoria esperançosa para uma boa caracterização da percepção. Longe de fugir dos problemas tradicionais da filosofia da percepção, tais como, “o que é percepção?”, “o que é erro perceptual?” e “como explicar as ilusões ópticas?”, por exemplo, a posição que eu defendo tenta encaminhar tais inquietações.

Levando isso em conta, dedicarei esta curta seção para relembrar com mais cuidado como os problemas tradicionais seriam enfrentados na variedade que eu aqui apresento. Começemos, então, pelo que considero mais basilar: O que é percepção? Como espero ter deixado claro ao longo do presente trabalho, percepção, nos meus termos, é uma função biológica, logo não-representacional, do organismo. Uma vez que tal função é constituída e desenvolvida com o suporte do nosso acoplamento dinâmico-estrutural junto ao nosso entorno, podemos caracterizá-la como um processo biológico.

Por ser biológica, a percepção nos colocaria em contato com o mundo graças as nossas habilidades sensorio-motoras e nos ajudaria, portanto, a justificar como podemos errar no sentido biológico e errar no sentido semântico, sendo a primeira a noção central da nossa proposta. Se estamos falando apenas de um

---

<sup>40</sup> “represents and computes” (Branquinho 2001, xv).



desalinhamento das respostas dos organismos com a oferta do mundo, então, me parece que apelar para a normatividade biológica é suficiente. Porém, quando estamos falando de desalinhamento entre proposições e os estados de coisas que elas representam não há, eu acredito, como apelar a outra coisa senão a normatividade semântica.

Para responder a segunda inquietação, é importante ter em mente que a variedade de não-representacionalismo radical aqui endereçada não nega a existência de erros perceptuais. O que eu defendo, no entanto, é que a percepção não erra e, com efeito, devemos relocalizar a origem de tais erros. A princípio, assumir a existência de erros perceptuais e, concomitantemente, negar que a percepção é a responsável por tais não me parece uma contradição.

Talvez a expressão “erros perceptuais” soe um pouco tendenciosa e, devido a isso, possa induzir o leitor a compreender que erros perceptuais são erros da percepção. Mas, como defendi nas seções anteriores, os erros perceptuais não são erros da percepção, mas erros baseados na percepção. Obviamente, uma vez que o sentido forte de erro legado na filosofia analítica contempla atributos como “verdade”, “referência”, “condições de satisfação” entre outras coisas, então, podemos ser categóricos quanto ao fato de a percepção jamais pode errar.

E quanto ao erro biológico? Não poderíamos dizer que a percepção erra em um sentido mais fraco? Eu respondo de maneira positiva! Porém, como é o sentido forte de erro que é usado aqui no debate, então, podemos evitar más compreensões e simplesmente assumir que a percepção, como qualquer processo biológico, pode falhar. Em suma: uma ilusão óptica pode ser resultado de uma disfunção na nossa experiência perceptual.

Finalmente, como poderíamos explicar as ilusões ópticas de acordo com a nossa proposta? No cerne da minha proposta, como a penso, está a ideia de que a teoria de Hutto & Myin (2013; 2017) e Van Den Henrik (2014; 2019) podem ser complementares ao serem mutuamente informadas. Em vez de causar uma separação entre as duas teorias, a minha ideia é a de unificá-las sob um mesmo relato a fim de que possamos maximizar o nosso poder de geração de novas hipóteses sobre a percepção.

Uma dessas hipóteses nos pede para considerar a percepção enquanto um processo constituído e desenvolvido graças as nossas interações no mundo. Se quisermos explicar bem as ilusões ópticas, a nossa hipótese diz, devemos dispensar o uso de representações e enfatizar aspectos biológicos (ontogenéticos e filogenéticos) e sociais (culturais) dos organismos.

Com esses aspectos em seus devidos lugares, podemos apresentar uma possível explicação de como nos iludimos. Essa concepção soa natural dentro do corpo da nossa teoria, uma vez que para o não-representacionalismo radical a mente é resultado das nossas interações com o mundo e que, se quisermos abordá-la, devemos, em primeiro lugar, situar o contexto de interações em que os organismos desenvolvem as suas práticas.

A nossa proposta consegue, acredito, tratar adequadamente os problemas tradicionais e dispensar o uso de representações que, penso, não nos ajuda significativamente. Pelo contrário, apenas nos apresenta impasses insolúveis, como concluímos ao analisar o Problema Duro do Conteúdo.

#### **4.6**

#### **Problemas e perspectivas**

Finalmente, dedicarei a presente seção para avaliar as possíveis implicações e problemas que a variedade radical de não-representacionalismo aqui apresentada pode gerar. Começemos, então, pelas possíveis implicações.

Se é o caso de que eu tenho alguma razão em endossar uma variedade de não-representacionalismo compatível com as formulações originais do enativismo, então, podemos vislumbrar algumas consequências importantes para uma nova agenda de pesquisas filo-empíricas para o estudo da percepção. Primeiramente, cientistas e filósofos seriam bons parceiros em que mutuamente iriam se informando.

Nesse sentido, investigações filosóficas lançariam bases conceituais formidáveis a fim de guiar os estudos (empíricos) sobre a percepção. Em concordância com o pensamento de Hutto & Myin (2017), teríamos uma teoria conceitualmente adequada e empiricamente relevante. Em segundo lugar,

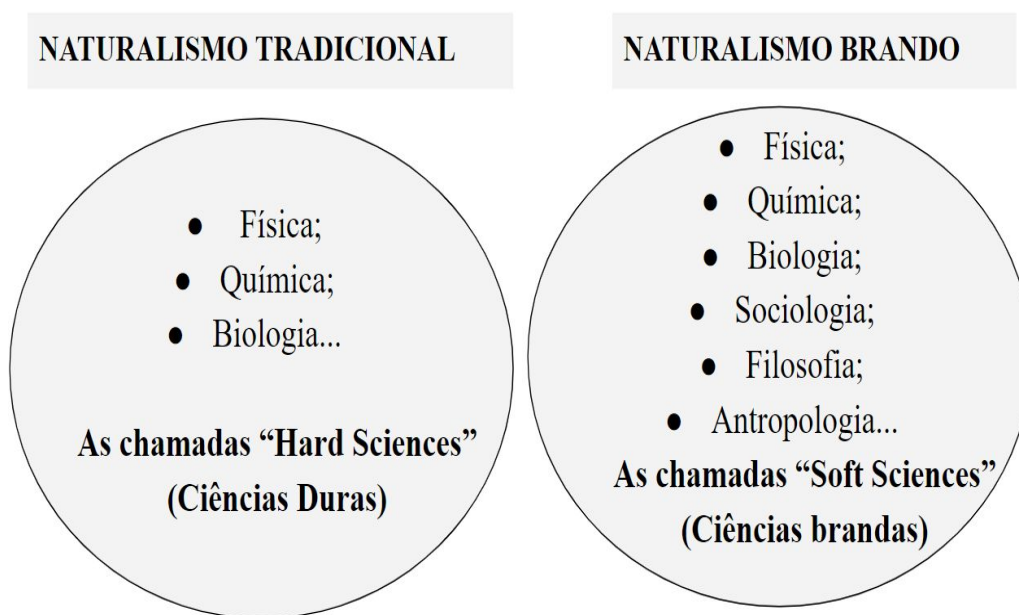
seríamos capazes de compreender os processos cognitivos sob um pano de fundo naturalista, porém de um tipo bem diferente.

A viabilização de uma nova abordagem naturalista se faz fundamental, no meu modo de ver, uma vez que, acredito, as demais formas de naturalismo são muito restritivas, logo, pouco nos ajuda sobre a cognição, no geral, e percepção, em particular. Devemos adotar um naturalismo não-ortodoxo? Sim, essa é precisamente a ideia que estou disposto a comprar ao defender uma possível teoria não-tradicional para a percepção.

Concordando com o naturalismo advogado por Hutto & Myin (2013; 2017), que foi batizado de *relaxed naturalism* (naturalismo brando, em português), poderíamos facilmente contrapor o naturalismo tradicional ao naturalismo brando (ilustrado na figura 07), ao menos como eu sustento.

A ideia central ao se fazer semelhante contraposição é a de que o naturalismo brando não se contrapõe à necessidade da postulação das *Hard Sciences* (ciências duras) para a explicação dos processos cognitivos. Porém, indo além, o naturalismo brando questiona o naturalismo tradicional em relação ao seu poder geral de explicação.

No meu modo de entender, não há nada de errado em enfatizar as ciências duras, porém, apelar exclusivamente à elas reduz absurdamente o nosso poder de geração de novas hipóteses. Mirar ciências brandas, como humanidades, poderia nos ajudar a explicar, por exemplo, como processos cognitivos adquirem os seus conteúdos representacionais.



**Figura 8:** contraposição entre o naturalismo tradicional versus naturalismo brando. É importante ter em mente a nossa lista de campos do conhecimento em ambas as formas de naturalismo não intenta ser exaustiva.

Infelizmente, tal explicação é inviável, sem lacunas explanatórias, se baseássemos a nossa proposta apenas em ciências duras. Longe de serem mutuamente exclusivas, ciências duras e brandas podem, quando combinadas, beneficiar teorias aliadas a nossa perspectiva não-representacionista para a cognição. Portanto, a fim de fornecer um pano de fundo naturalista e compatível com a ideia de que a percepção é sempre básica, logo não-representacional, acredito que o naturalismo brando consegue acomodar bem os mais variados casos de cognição.

Outra implicação importante oriunda da nossa proposta consiste em apontar uma direção para problemas antigos não apenas relacionados à percepção, como vimos na seção antecessora, mas para a cognição em geral. O que ganhamos, dentre outras coisas, ao adotar a nossa perspectiva é uma descrição corpórea (a cognição está corporificada não apenas no nosso corpo, mas se estende às nossas relações socioambientais) e dinâmica (uma vez que entendemos a cognição enquanto um processo constituído e desenvolvido graças ao nosso acoplamento com e no mundo).

Com esse ganho em mente, podemos, sem muito esforço, nos desviarmos de problemas antigos na filosofia da mente como, por exemplo, o tão debatido problema mente-corpo. Simplesmente não há espaço para tal problema em nosso relato uma vez que a mente, cérebro, corpo, ambiente e cultura são partes indispensáveis de um todo intimamente ligado. Ao contrário do que esperam os cartesianos, não há como teorizar mente sem corpo, sem ambiente, sem cérebro e sem cultura.

Finalmente, vamos analisar um possível problema, ou pelo menos um impasse a ser levado em consideração pela nossa proposta. Tal problema seria, poder-se-ia dizer, em certo sentido dependente dos interesses do projeto de pesquisa em questão. Para o nosso propósito no presente trabalho é satisfatório demonstrar que teorizar a percepção sob um ponto de vista não-representacionista não é algo irracional, embora contra-intuitivo, como eu devo reconhecer.

A fim de que o nosso propósito seja defendido com certa razão, é imprescindível sustentar como poderíamos errar durante a percepção mesmo na ausência de representações mentais e, nessa tentativa, deveríamos ser capazes de viabilizar um substituto teórico para a representação. Acredito que tenha deixado claro como toda essa dinâmica se desenrola dentro da nossa proposta.

Contudo, para propósitos de pesquisas empíricas, uma simples articulação das condições de possibilidade para a emergência do erro na percepção não seria satisfatória, dada a peculiaridade intrínseca à pesquisa empírica. Tendo em vista que a nossa pesquisa é teórica, nos contentamos com os resultados e as formulações aqui pensadas.

Por fim, é digno resumir os principais comprometimentos da presente seção. Seguindo as pegadas do não-representacionismo de Hutto & Myin, eu tentei defender que a percepção pode ser abordada sob um pano de fundo completamente não-representacionista. Porém, para que possamos fazer tal defesa deveríamos ser capazes de ir além dos comprometimentos de Hutto & Myin.

Ir além do que foi proposto por Hutto & Myin nos levaria a adotar a perspectiva radical de Van Den Henrik, o que me pareceu bastante convincente. A

princípio, teríamos um ganho considerável, qual seja: enquanto a proposta de Hutto & Myin apenas nos daria boas razões para dispensarmos o conteúdo representacional na cognição básica, a proposta de Van Den Henrik expandiria as premissas dos nossos autores para domínios de interação mediadas pelo uso da linguagem.

Por fim, destaquei que talvez a nossa proposta fosse necessária, porém insuficiente para a pesquisa empírica, haja vista que a pesquisa empírica apresenta peculiaridades próprias. Nesse sentido, como previmos, a nossa iniciativa poderia encaminhar tal problema de maneira adequada, uma vez que sustentei que a filosofia e a ciência deveriam ser bons parceiros de tal forma que bases conceituais filosóficas poderiam lançar alguma luz sobre a investigação empírica e o contrário também se seguiria.

## 5 Conclusão

Tendo em vista tudo o que foi dito aqui, a proposta do presente trabalho não intenta ser definitiva. Um dos objetivos do presente trabalho foi o de tentar reagir criticamente ao debate contemporâneo sobre a percepção. Assim, a minha motivação principal foi a de tentar estabelecer uma alternativa para teorizar a percepção sob direcionamentos diferentes do que foram propostos até agora. Além disso, a intenção é de que os resultados estabelecidos aqui sejam melhor analisados em trabalhos futuros, que demandem mais tempo de investigação.

Vale ressaltar que, dos pontos suscitados aqui, alguns merecem destaque em virtude do seu potencial de geração de novas pesquisas, como é o caso de, por exemplo, normatividade biológica e linguagem sob uma perspectiva enativa. Ambas foram tomadas neste trabalho como essenciais para esta pesquisa. A postulação da normatividade biológica foi crucial uma vez que a sua postulação é considerada um meio alternativo para a normatividade semântica. Ruth Millikan dedicou boa parte da sua carreira à pesquisa da normatividade biológica.

O projeto de Millikan pode ser equiparado à outras pesquisas que intentaram viabilizar uma explicação de como o conteúdo representacional surge. Infelizmente, uma boa explicação da normatividade biológica, calcada nos escritos seminais de Millikan nos obrigaria a estender bastante esse trabalho. No entanto, tal tema é de fundamental importância para futuras pesquisas oriundas de inquietações deste trabalho. Pelas peculiaridades da própria dissertação e por ser um tema ainda em andamento (com pesquisas recentes ainda no Brasil), a questão da normatividade biológica voltará a ocupar lugares em minhas produções.

Igualmente central à esta dissertação, a natureza do uso da linguagem na prática foi discutida aqui, porém, alguém poderia reivindicar que a investigação sobre como se dá tal uso foi feita de maneira superficial. Infelizmente, uma análise séria da linguagem sob uma perspectiva não-representacionista (compatível como o enativismo) demandaria uma enorme quantidade de páginas dedicadas exclusivamente a esse tópico. Semelhante trabalho vem sendo desenvolvido desde a publicação da obra seminal *Linguistic Bodies*, de Di Paolo et al.

Por fim, vale ressaltar que, dada a sua peculiaridade, este trabalho se contentou em apresentar uma proposta fundamentalmente teórica sobre a percepção. Nesse sentido, se esta contribuição é negativa ou positiva dependerá dos critérios que o leitor irá adotar. Para fins teóricos, julgo que a pesquisa trouxe resultados (ou, ao menos, ideias) positivas para a filosofia da percepção, em especial para o debate contemporâneo que estamos vivendo. Porém, é também notório, que nossos resultados podem trazer mais discussões do que propriamente teses bem definidas.

Assim, temas centrais, que soaram como garantidos aqui, como é o caso da normatividade biológica e da linguagem enquanto extensão do comportamento social, não foram usados para preencher lacunas, mas, pelo contrário, para fundamentar as bases de uma nova pesquisa. Nesse sentido, esta pesquisa e os elementos por ela postulados estão, podemos dizer, em constante análise. As principais defesas feitas aqui serão, sem dúvidas, criticadas e analisadas com mais cautela em escritos posteriores.



## 6

### Bibliografia

#### 6.1

#### Bibliografia primária

BALDWIN, D. **'Understanding the Link Between Joint Attention and Language'**, in Chris Moore and Philip J. Dunham (eds.), *Joint Attention: Its Origins and Role in Development*, New York: Psychology Press, pp. 131-158, 2014.

BROGAARD, B. and GATZIAB D. **'Is Color Experience Cognitively Penetrable?'** in *Topics in Cognitive Science* 9, 193–214, 2017.

BROGAARD, B. **Does perception have content?** In *Does Perception Have Content?* Ed. B. Brogaard. Oxford University Press, 2014.

\_\_\_\_\_. **'Perceiving without representation? On Travis' argument against the representational view of perception'**. Springer, 2015.

BREWER, B. **'How to Account for Illusion?'** In A. Haddock, & F. Macpherson (Eds.), *Disjunctivism: Perception, Action, Knowledge* (pp. 168-180). Oxford: Oxford University Press.

\_\_\_\_\_. **'Perception and Content'**. *European Journal of Philosophy*, 14 (2), pp. 161-181, 2006.

\_\_\_\_\_. **Perception and Its Objects**. Oxford University Press, 2011.

CRANE, T. **'Is Perception a Propositional Attitude?'** *Philosophical Quarterly* 59, 453- 469, 2009.

\_\_\_\_\_. **'Is there perceptual relation?'** In: T. S. Gendler & J. Hawthorne (eds.), pp. 126–46, 2006.

CAMPBELL, D. **'Review of Radicalizing Enactivism by D. D. Hutto and E. Myin'**. *Analysis* 74 (1):174 - 176, 2014.

DI PAOLO, E; DE JAEGHER, H; CUFFARI, E. C. **Linguistic Bodies: the continuity between life and language**. MIT Press, 2018.

GELLATLY, A. **'Colourful Whorfian Ideas: Linguistic and Cultural Influences on the Perception and Cognition of Colour, and on the Investigation of Them'**, *Mind & Language*, 10 (3), 199 – 22, 1995.

GIBSON, J. J. **The Ecological Approach to Visual Perception**. Houghton Mifflin, 1979.

\_\_\_\_\_. **'A Theory of Direct Visual Perception'**. In: Vision and Mind - Selected Readings in The Philosophy of Perception, edited by E. Thompson & A. Noë. MIT Press, 2002.

GROSS, S. **'Cognitive Penetration and Attention'**, Frontiers in Psychology 8, 221. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.00221>, 2017.

GROSSBERG, S. **'Cortical Dynamics of Figure-Ground Separation in Response to 2D Pictures and 3D Scenes: How V2 Combines Border Ownership, Stereoscopic Cues, and Gestalt Grouping Rules'**, in Front Psychol (6), 2015.

HAYWARD, V. **'Tactile illusions'**. Scholarpedia, 10 (3): 8245, 2015.

HERIK, V. D. **'Why Radical Enactivism is not radical enough: A case for really Radical Enactivism'**. Unpublished master's thesis. Faculty of Philosophy, University of Rotterdam, 2014.

\_\_\_\_\_. **Talking about talking**. Unpublished PhD thesis. Faculty of Philosophy, University of Rotterdam, 2019.

\_\_\_\_\_. **'Linguistic know-how and the orders of language'**. Language Sciences 61, 17–27, 2017.

HUTCHINS, E. **'The Role of Cultural Practices in the emergence of modern human intelligence'**. Royal Society, 2008.

\_\_\_\_\_. **Cognition in the Wild**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1995.

HUTTO, D & SEGUNDO-ORTIN, M. **'Advancing the Radical Campaign: The Battle of S-Representations'**. Forthcoming in Synthese, 2018.

HUTTO, D & SATNE, G. **'The natural origins of content'**. Philosophia 43 (3), 2015.

HUTTO, D. **Philosophy of Mind's new lease on life: autopoietic enactivism meets telesemiotics**. MIT Press, 2008.

\_\_\_\_\_. **The Presence of Mind**. Philadelphia/Amsterdam: John Benjamins, 1999.

\_\_\_\_\_. **Beyond Physicalism**. Philadelphia/Amsterdam: John Benjamins, 2000.

\_\_\_\_\_. **'Against passive intellectualism: Reply to crane'**. In R. Menary (Ed.) Radical Enactivism: Intentionality, Phenomenology and Narrative, (pp. 121|150). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2006.

\_\_\_\_\_. **'Embodied expectations and extended possibilities: Reply to Goldie.'** In R. Menary (Ed.) Radical Enactivism: Intentionality, Phenomenology and Narrative, (pp. 157|178). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2006.

\_\_\_\_\_. **'Four herculean labours: Reply to Hobson.'** In R. Menary (Ed.) *Radical Enactivism: Intentionality, Phenomenology and Narrative*, (pp. 185|222). Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2006.

\_\_\_\_\_. **'Unprincipled engagement: Emotional experience, expressions and response.'** In R. Menary (Ed.) *Radical Enactivism: Intentionality, Phenomenology and Narrative*, (pp. 13|38). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2006.

\_\_\_\_\_. **Folk Psychological Narratives: The Sociocultural Basis of Understanding Reasons.** Cambridge, MA.: The MIT Press, 2008.

\_\_\_\_\_. **'Philosophy of minds new lease on life: autopoietic enactivism meets teleosemiotics.'** *Journal of Consciousness Studies*, 18 (5-6), 44|64, 2008.

\_\_\_\_\_. **'Radically enactive cognition in our grasp'.** In *The Hand, an Organ of the Mind: What the Manual Tells the Mental*, (pp. 227|252). Cambridge, MA.: The MIT Press, 2013.

\_\_\_\_\_. **'Knowing what? Radical versus conservative enactivism'.** *Phenomenal Cognitive Sciences* 4:389–405. 2005.

\_\_\_\_\_. **'Contentless perceiving: The very idea'.** In *Wittgenstein and Perception*, ed. M. Campbell and M. O'Sullivan. Routledge, 2014.

\_\_\_\_\_. **'Enactivism: From a Wittgensteinian point of view'.** *American Philosophical Quarterly* 50 (3): 281–302, 2013.

\_\_\_\_\_. **'REC: Revolution Effected by Clarification'.** Springer, 2015.

\_\_\_\_\_. **'Enactivism: Why be radical?'** In: Bredekamp H, Krois J. M (Eds) *Sehen und Handeln*. Akademie Verlag, Berlin, pp. 21–44, 2011.

\_\_\_\_\_. **'REC: Just radical enough'.** *Studies in Logic, Grammar and Rhetoric* 41 (1): 61–71, 2015.

\_\_\_\_\_. **'Re-doing the Math: Making Enactivism Add Up'.** Unpublished paper available on academia.edu (Under Review), 2018.

HUTTO, D & MYIN, E. **Radicalizing Enactivism: Basic Minds without Content**, MIT Press, 2013.

\_\_\_\_\_. **Evolving Enactivism: Basic minds meets content**, MIT Press, 2017.

JOHNSTON, M. **'The Problem with the Content View'.** In *Does Perception Have Content?* Ed. B. Brogaard. Oxford University Press, 2014.

KANIZSA, G. **'Margini quasi-percettivi in campi con stimolazione omogenea'**, *Rivista di Psicologia*, 49 (1) pp.7–30, 1955. English translation, **'Quasi-perceptual margins in homogenously stimulated fields'**, in S. Petry

and G. E. Meyer (Eds), *The Perception of Illusory Contours* pp. 40-49, Springer: New York, 1987.

KANIZSA, G., & GERBINO, W. '**Amodal Completion: Seeing or Thinking?**' in *Organization and Representation in Perception*, J. Beck (Ed.) Lawrence Earlbaum: NJ. pp. 167–190, 1982.

LYCAN, W. '**Representational Theories of Consciousness**'. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2008 Edition), E. N. Zalta (ed.), 2018.

SEGUNDO-ORTIN, M; HERAS-ESCRIBANO, M; RAJA, V. (2019) **Ecological psychology is radical enough: A reply to radical enactivists**, *Philosophical Psychology*, 32:7, 1001-1023, DOI: [10.1080/09515089.2019.1668238](https://doi.org/10.1080/09515089.2019.1668238)

MYIN, E. '**On The Communion of Contentless and Contentful Cognition: Beyond communication and transubstantiation**'. Forthcoming in *Synthese*, 2020.

MYIN, E. & DEGENAAR, J. '**Enactive vision**'. In *The Routledge Handbook of Embodied Cognition*, ed. L. Shapiro. London: Routledge, 2014.

MATURANA, H. R., & VARELA, F. J. **The tree of knowledge: The biological roots of human understanding**. Boston: Shambhala Publications, 1987.

MATURANA, H. R. **Biology of Cognition**. Urbana: University of Illinois, 1970.

\_\_\_\_\_. '**The organization of the living: A theory of the living organization**'. *International Journal of Man-Machine Studies*, 7 (3), 313|332, 1975.

\_\_\_\_\_. '**Biology of language: The epistemology of reality**'. In G. A. Miller, & E. Lenneberg

(Eds.) **Psychology and Biology of Language and Thought: Essays in Honor of Eric Lenneberg**, (pp. 27|63). New York: Academic Press, 1978.

MAZUDA, T. '**Cultural Effects on Visual Illusion**'. In: E. B. Goldstein (Ed.), *Encyclopedia of Perception Volume 2* (pp. 643-648). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2009.

MCCAULER, R. N., & HENRICH, J. '**Susceptibility to the Müller-Lyer Illusion, theory- neutral observation, and the diachronic penetrability of the visual input system**'. *Philosophical Psychology*, 19, 1-23, 2006.

NOË, A. O' REGAN, K. '**Perception, Attention and Grand Illusion**', 2000.

NOË, A., PESSOA, L., & THOMPSON, E. '**What does change blindness really teach us about vision?**'. *Visual Cognition*, 7(1-3), 93-106, 2000.

NOË, A. *Action in Perception*. MIT Press, 2004.

\_\_\_\_\_. (In press). '**Experience and the active mind**'. *Synthese*, 2001.

- \_\_\_\_\_. **Out of Our Heads**. Hill and Wang, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Varieties of Presence**. Harvard University Press, 2012.
- NANAY, B. 'Empirical problems with anti-representationalism'. In *Does Perception Have Content?* Ed. B. Brogaard. Oxford University Press, 2014.
- \_\_\_\_\_. 'Perception and Imagination. Amodal Perception as Mental Imagery', *Philosophical Studies*, Vol 150, pp. 239-254, 2010.
- O'REGAN, J. K. 'Solving the "real" mysteries of visual perception: the world as an outside memory'. *Canadian Journal of Psychology*, 46, 461-488, 1992.
- O'REGAN, J. K. & Noë, A. (in press) 'A sensorimotor account of vision and visual consciousness'. *Behavioral and Brain Sciences*.
- O'REGAN, J. K, MYIN, E. and NOË, A. 'Sensory consciousness explained (better) in terms of bodiliness and grabbiness', *Phenomenology and the Cognitive sciences* 4 (4), 369-387, 2005.
- ROWLANDS, M. 'Arguing about representation'. *Synthese*. Doi: 10.1007/s11229-014-0646-4, 2014.
- SHAMS, L. 'Early integration and bayesian causal inference in multisensory perception'. In *The Neural Bases of Multisensory Processes*, ed. M. M. Murray and M. T. Wallace. CRC Press/Taylor & Francis, 2012.
- SHAMS. L, KAMITANI, Y., & SHIMOJO, S. 'What you see is what you hear'. *Nature* 408:788, 2000.
- SIEGEL, S. 'How Can We Discover The Contents of Experience?'. *The southern journal of Philosophy*, Vol. XLV, 2007.
- \_\_\_\_\_. 'The Contents of Visual Experience'. New York: Oxford University Press, 2010.
- SCHELENBERG, S. 'Perceptual Content Defended'. *Noûs*, 45:4, pp. 714–750, 2011.
- SEGALL, M; CAMPBELL, D and HERSKOVITS, J. M. **The Influence of Culture on Visual Perception**. Bobbs-Merrill, 1966.
- SHAHMORADI, A. 'Why do we need perceptual content?' *Philosophical Psychology*, 2016.
- SMITH, A. D. 'Perception and Belief'. *Philosophy and Phenomenological Research*, 62 (2), pp. 283–309, 2001.
- \_\_\_\_\_. 'The Problem of Perception'. Harvard University Press, 2002.
- TRAVIS, C. 'The Silence of the Senses'. *Mind* 113: 59–94, 2004.

- \_\_\_\_\_. **'The Preserve of Thinkers'**. In **Does Perception Have Content?** Ed. B. Brogaard. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- THOMPSON, E. **Mind in Life: Biology, Phenomenology, and the Sciences of the Mind**. Harvard University Press, 2007.
- TOMASELLO, M. **The Cultural Origins of Human Cognition**. Harvard University Press, 1999.
- VARELA, F., THOMPSON, E, and ROSCH, E. **The Embodied Mind: Cognitive Science and Human Experience**. MIT Press, 1991.
- WARD, D; SILVERMAN, D; VILLALOBOS, M. **Introduction: the varieties of enactivism**. Springer Science+Business Media Dordrecht, 2017.
- WILLIAMSON, T. **'What is naturalism?'** In *Philosophical Methodology: Armchair or Laboratory?* Ed. M. C. Haug. Routledge, 2014b.
- WITTGENSTEIN, L. **Philosophical Investigations**. G.E.M. Anscombe and R. Rhees (eds.), G.E.M. Anscombe (trans.), Oxford: Blackwell, 1953.
- WILSON, K. A. 'Representationalism and anti-representationalism about perceptual experience'. PhD Thesis. Department of philosophy, University of Warwick, 2013.

## 6.2

### Bibliografia secundária

- AIZAWA, K. **'What is this cognition that is supposed to be embodied?'** *Philosophical Psychology* 28 (6): 755–775, 2015.
- BEER, R. **'Dynamical Approaches to Cognitive Science'**. *Trends in Cognitive Science*. v. 4, n. 3, 2000. pp. 91–99.
- BREWER, B. **Perception and Reason**. Oxford: Oxford University Press. 2003.
- CAMPBELL, J. **'Susanna Siegel's the Contents of Visual Experience'**. *Philos Stud* (2013) 163:819–826. Doi: 10.1007/s11098-012-0013-6, 2012.
- CHISHOLM, R. M. **Perceiving: A Philosophical Study**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1957.
- CLARK, A., and J. Toribio. **'Doing without representing'**. *Synthese* 101 (3): 401–431, 1994.
- CLARK, A. & CHALMERS, D. **'The Extended Mind'**. *Analysis* v. 58, n. 1, 1998. pp. 7–19.

- CLARK, A. **Being There: Putting Brain, Body, and World Together Again**. MIT Press, 1997.
- FROESE, Tom. **'Review of Radicalizing Enactivism: Basic Minds without Content'**. The Journal of Mind and Behavior, 2014.
- GALLAGHER, S. **Rethinking the Mind**. Oxford University Press, 2017.
- HURLEY, Susan. **'Perception and Action: Alternative Views'**. Synthese v. 129, 2001. pp. 3–40.
- LURIA, A. R. **Cognitive Development: Its Cultural and Social Foundations**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1976.
- LOVE, N. **'Cognition and the language Myth'**. Language Sciences, 26, 525 – 544.
- MARK, J. T, MARION, B. B, & HOFFMAN, D. D. **'Natural Selection and veridical perceptions'**. Journal of Theoretical Biology, 2010.
- MENARY, R. **'What? Now. Predictive Coding and Enculturation': A reply to Regina E. Fabry**. In T. Metzinger & J. M. Windt (Eds). Open MIND: 25(R). Frankfurt am Main: MIND Group. Doi: 10.15502/9783958571198 1 | 8, 2015
- MCGINN, C. **Mental Content**. Blackwell, 1989.
- MCDOWELL, J. **Mind and World**. Harvard University Press, 1994.
- PALÁCIOS, A. G; ESCOBAR, M. J; CÉSPEDES, E. **'Missing Colors: the enactivist approach to perception'**. Constructions Foundations, Vol 13, N. 01, 2018.
- RAMSEY, W. M. **'Must Cognition Be Representational'**. Synthese. Doi: 10.1007/s11229-014-0644-6, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Representation Reconsidered**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2007.
- ROBINSON, H. **'Perception'**. London: Routledge, 1994.
- SEARLE, J. **Intentionality: An essay in the philosophy of Mind**. Cambridge University Press, 1983.
- SHAPIRO, L. **Embodied Cognition**. London: Routledge. 2011
- TAYLOR, T. J. **'Where does language come from? The role of reflexive enculturation in Language development'**. Language Sciences 32, 14–27, 2010.
- THOMPSON, E. **'Review of Evolving Enactivism: Basic minds meet content'**. Notre Dame Philosophical Reviews, 2018.
- WHEELER, M. **Reconstructing the Cognitive World**. Massachusetts: MIT Press. 2005.

WILSON, Keith A. 'Are the Senses Silence? Travis's Argument from Looks'. In:  
The  
Philosophy of Charles Travis: Language, thought and perception, Ed by John  
Collins and Tamara Dobler. Oxford Press, 2018.